

## Senadores reagem a declarações de Chávez

A sessão de sexta-feira no Plenário foi marcada por discursos de repúdio ao presidente venezuelano, para quem o Congresso brasileiro age como "papagaio" do norte-americano.

PÁGINA 16

## Saito, da Aeronáutica, fala à CPI do Apagão Aéreo

A CPI do Apagão Aéreo ouve seis pessoas nesta segunda-feira. Entre elas estão Juniti Saito, comandante da Aeronáutica, e Milton Zuanazzi, da Agência de Aviação Civil.

PÁGINA 12



Construção em Várzea Grande (MT) com verbas municipais, estaduais e federais: obras de engenharia poderão ser licitadas pela internet

# Pregão eletrônico é arma contra fraudes

A proposta que amplia o uso do pregão eletrônico em licitações pode se tornar um obstáculo a mais para quem tenta desviar dinheiro público. Aperfeiçoado pela CCJ, o texto, que faz parte do PAC e modifica a Lei de

Licitações, inclui as obras de engenharia entre as que podem ser licitadas pela internet, além de dar ao Tribunal de Contas da União poder de impedir que empresas que cometeram irregularidades participem do processo.

PÁGINA 3

## Conselho de Ética avalia acusações contra Renan

O Conselho de Ética deve analisar quarta-feira representação do PSOL para que sejam investigadas denúncias contra o presidente do

Senado, Renan Calheiros. O corregedor, Romeu Tuma, quer ouvir Cláudio Gontijo e Mônica Veloso, com quem Renan tem uma filha.

PÁGINA 13



Desde 1972, as Nações Unidas dedicam o 5 de junho ao meio ambiente. Nesta edição, informações sobre a necessidade de cuidar da água. Acima, cachoeira em Iporanga (SP)

## Sessão e mostra marcam passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente

PÁGINA 9

## cidadania

### Cuidado garante segurança na troca de dados pela internet

Os computadores estão se popularizando por facilitarem a vida. Porém, é preciso cuidado com e-mails, senhas e vírus ao usar a internet. O Especial Cidadania sugere algumas dicas que podem tornar a navegação na rede e a manutenção dos dados mais seguras.

PÁGINA 20

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17



agendaagendaagendaagendaagendaagenda

# Marco regulatório para setor de recursos hídricos

O marco regulatório do setor de recursos hídricos será debatido nesta segunda-feira, às 17h, em audiência pública promovida pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Foram convidados o diretor de regulação da Agência Nacional das Águas (ANA), Oscar de Moraes Cordeiro Netto; o presidente do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Paulo Teodoro de Carvalho; o consultor em Direito de Águas, Cid Tomanik Pompeu; e o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Ribeiro Capobianco.

A subcomissão foi criada no dia 20 de março, no âmbito da



Subcomissão presidida por Delcídio já realizou quatro das 15 audiências previstas

Comissão de Assuntos Econômicos, para debater e estudar a regulamentação dos marcos regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo governo,

como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica e parcerias público-privadas.

No dia 5 de maio foi realizada a primeira das 15 audiências públicas previstas pelo presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS). O tema do debate foi o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A segunda audiência aconteceu em 14 de maio com a discussão sobre os setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

No dia 21 do mês passado, o tema foi telecomunicações. A legislação da área de exploração de petróleo e gás natural no Brasil foi o assunto do discussão realizada em 28 de maio.

## Informação sobre valor calórico pode ser obrigatória

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se nesta quarta-feira, a partir das 8h45, e deve analisar projeto que institui normas básicas sobre alimentos, estabelecendo a obrigatoriedade de informar o valor energético – ou calórico – de produtos apresentados em propagandas de alimentos e bebidas. O PLS 121/05, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), recebeu voto favorável da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Segundo Papaléo, a proposição contribuirá para o controle da obesidade no país, por meio da melhoria da educação nutricional da população.

## Prossegue ciclo sobre o PAC da Educação

A Comissão de Educação (CE) realiza, nesta terça-feira, a terceira das dez audiências públicas previstas do ciclo para debater idéias e propostas para a educação brasileira que possam ser incorporadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o PAC da Educação. Entre os convidados para a reunião está o presidente da Academia Brasileira de Educação, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, e a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Auxiliadora Rezende.

## Congresso instala frente a favor do parlamentarismo

Será instalada nesta terça-feira, às 14h30, a Frente Parlamentarista, que tem como principal articulador o senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL). Além de uma agenda de trabalho, será apresentada uma cartilha, em linguagem didática, explicando os principais pontos do parlamentarismo. Ilustrada pelo quadrista Wagner Fraga, a cartilha será um dos principais instrumentos de trabalho dos parlamentares que defendem esse sistema de governo. Entre os senadores que também aderiram à frente estão José Sarney (PMDB-AP), Pedro Simon (PMDB-RS), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Paulo Paim (PT-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM).

## Presidência



Tião Viana (E) e Heráclito recebem Nong Duc Manh (C) em encontro para intensificar a cooperação vietnamita com Brasil

## Secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã no Senado

Em nome do Senado, o vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC), e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), receberam, na terça-feira passada, o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, para uma conversa centrada no propósito de intensificar a cooperação entre aquele país e o Brasil.

Após dizer estar comovido com a hospitalidade brasileira, Nong Duc Manh falou do interesse do Vietnã em reforçar os laços de amizade e os vínculos econômicos e culturais com o Brasil. Reconheceu que o co-

mércio entre as duas nações, ainda incipiente, tem enorme potencial para crescer.

Nong Duc Manh reconheceu ainda o apoio do Brasil no processo de ingresso do Vietnã na Organização Mundial do Comércio (OMC), avaliando também como positivas as manifestações brasileiras favoráveis ao crescimento econômico do seu país.

Tião Viana agradeceu o apoio vietnamita à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo Heráclito Fortes, o Vietnã é um dos países com taxas de crescimento econômico mais elevadas na Ásia, com condições muito favoráveis ao incremento comercial com o mundo.

## Vereadores pedem hidrelétricas

Membros da Câmara Municipal de Porto Velho (RO) entregaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, carta de apoio à construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no complexo do rio Madeira, em Rondônia. Os vereadores pediram a inclusão do tema entre os assuntos prioritários da pauta do Senado. Segundo eles, a obra é fundamental para a região e a energia gerada pelas usinas terá grande impacto no desenvolvimento tecnológico, econômico e social do estado e do Brasil. A construção das hidrelétricas, prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aguarda licenciamento do Ministério do Meio Ambiente.

## Comissões

### SEGUNDA-FEIRA

14h30 – CPI DO APAGÃO AÉREO

Aeronáutica – A CPI ouve o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi.

18h – MARCOS REGULATÓRIOS

Recursos hídricos – Audiência sobre propostas de regulação para o setor. Entre os convidados estão o diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas, Oscar Cordeiro Netto, e o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

### TERÇA-FEIRA

10h – EDUCAÇÃO

PDE – A comissão continua a debater o Plano de Desen-

volvimento da Educação. Foi convidado o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Paulo Rizzo.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Imposto de Renda – Na pauta, com 17 itens, proposta que permite a dedução, do Imposto de Renda devido, de doações a programas oficiais de combate à fome.

10h30 – DIREITOS HUMANOS

Maioridade penal – O primeiro item da pauta a ser analisado pelos integrantes da comissão é o requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) solicitando outra audiência pública para debater a redução da maioria penal.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Consumidor – Na pauta,

projeto que exclui os juros de empréstimos e de aplicações financeiras da aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Outro projeto propõe considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.

14h30 – FRENTE

Frente Parlamentarista – Proposta pelo senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), a frente apresentará a agenda de trabalho e também uma cartilha, em linguagem didática, ilustrada pelo quadrista Wagner Fraga, explicando os principais pontos do parlamentarismo.

QUARTA-FEIRA

CONSELHO DE ÉTICA Representação – O conselho deve se pronunciar a respeito da representação do PSOL, que

pede investigação de denúncias publicadas na revista Veja contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

10h – EDUCAÇÃO

Televisão – Os senadores debatem a influência da televisão na formação dos valores éticos, morais e de cidadania da sociedade brasileira. Entre os convidados estão o escritor Sílvio Abreu e o professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Roberto Romano.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Vacinação – A pauta da comissão inclui debate sobre o projeto de lei que prevê o fornecimento gratuito e sistemático de vacinas contra o vírus HPV. Entre os convidados para a audiência está a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

## Plenário

### SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

UNE e CPC - A primeira hora da sessão será destinada a comemorar os 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e homenagear o Centro Popular de Cultura (CPC), criado em 1961 no âmbito da UNE.

### TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

### QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

### QUINTA-FEIRA

Feriado de Corpus Christi

### SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

GASTOS PÚBLICOS Maior eficiência no controle dos contratos do governo é objetivo de projeto que volta à Câmara

# CCJ aperfeiçoa o pregão eletrônico

Enquanto as manchetes de jornais voltaram a estampar notícias sobre fraudes em contratos públicos, o Senado discute o aperfeiçoamento da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), para buscar maior eficiência na escolha dos fornecedores de produtos e serviços e diminuir as chances de desvio de recursos públicos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do **pregão eletrônico**, modalidade de licitação que, desde sua criação, em 2002, já possibilitou a economia de 20% no preço dos contratos assinados pela administração pública, reduzindo até pela metade o tempo necessário para a conclusão da licitação.

Desde que chegou ao Congresso em janeiro, anunciado como uma das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto original do Executivo já sofreu diversas alterações e chegou ao Senado em forma de um substitutivo. Na CCJ, o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), sugeriu

Variação de pregão realizado por meio da internet. Em 2005, decreto (5.450/05) instituiu a sua obrigatoriedade para os órgãos do governo federal. Até o momento, o pregão não se aplica a obras de engenharia, alugueis e vendas promovidos pela administração pública.

23 alterações. Dessa forma, caso o Plenário aprove as mudanças, será necessária mais uma votação na Câmara.

O projeto está em regime de urgência e deve ser votado até o dia 23 de junho, caso contrário passa a bloquear outras votações.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) também foi encarregada de analisar a matéria, do ponto de vista tecnológico, já que o projeto envolve questões relacionadas, por exemplo, à segurança da informação. A discussão do relatório do senador Romeu Tuma (DEM-SP) na CCT, no entanto, pode ser transformada em uma oportunidade para o governo restabelecer pontos do projeto original que considera importantes.

Pregão eletrônico, criado em 2002, já assegurou uma economia de 20% nos custos dos contratos públicos do Estado brasileiro

## TCU poderá afastar empresas suspeitas

Entre as mudanças no projeto, o senador Jarbas Vasconcelos incluiu a possibilidade de os tribunais de contas impedirem empresas de participar de licitações, poder hoje limitado aos órgãos do Executivo. No caso da empreiteira Gautama, por exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU), que já havia detectado irregularidades nos contratos com a empresa, poderia ter afastado a construtora das licitações antes de possíveis fraudes.

Em outro ponto, Jarbas preferiu manter o texto atual, que estabelece um prazo médio de cinco dias para recursos em licitações no lugar de dois dias, como no projeto original do governo. Ele entendeu que dois dias é pouco para que as empresas, muitas vezes sediadas em outros municípios, se defendam.

Outro item que mereceu a atenção do relator na CCJ foram os aditivos contratuais, usados para burlar a restrição de aumentar o valor total do contrato em mais

de 25%. Por meio de um jogo de planilhas, são feitas trocas de partes do contrato por outras, com preços favoráveis à empresa contratada e, conseqüentemente, à fraude.

O limite a partir do qual o governo poderá exigir das empresas garantias de até 10% do valor do contrato foi reduzido pelo relator: de R\$ 85 milhões, como foi aprovado na Câmara, para R\$ 34 milhões. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de o Estado ser ressarcido no caso de empresas que não cumprirem os contratos, explica o consultor legislativo do Senado Luiz Fernando Bandeira de Mello.

Uma outra inovação introduzida pelo relator na CCJ é que, em licitações do tipo "técnica e preço", a proposta de preço não poderá ter

peso inferior a 50% da avaliação final. Segundo o jurista Bandeira de Mello, os tribunais de contas vêm detectando problemas de direcionamento em licitações, como para escolha de empresas de publicidade, que fornecem peso de 99% à proposta técnica e de apenas 1% à de preço.



Jarbas, relator do projeto: mudanças para proteger mais o interesse público

## Limite para contratos de obras cresce dez vezes

O possível uso do pregão eletrônico para contratos de obras de engenharia é um dos pontos polêmicos no projeto em tramitação no Congresso Nacional. A proposta original do governo previa o uso da modalidade, mas, na Câmara, depois de resistência de representantes da construção civil e do Conselho Federal de Engenharia (Crea), foi estabelecido que o pregão seria limitado a obras de baixa complexidade, de até R\$ 340 mil.

No Senado, o limite sugerido no relatório aprovado pela CCJ foi multiplicado por dez (R\$ 3,4 milhões), o que, além de permitir construções de grande porte, facilita a execução de obras menores, como, por exemplo, escolas, reformas em hospitais e outras instalações públicas, favorecendo a participação de pequenas empresas nos pregões.

O valor fixado pela Câmara seria suficiente apenas para pequenas tarefas, como manutenção de aparelhos de ar-condicionado.

Atualmente, o TCU já permite a utilização do pregão em obras de engenharia que não apresentem grande complexidade técnica e cujo valor não ultrapasse o limite para a modalidade de carta-convite (hoje fixado em R\$ 150 mil). Dessa forma, o TCU não sugere o uso do pregão em contratações de serviços técnicos especializados, como projetos arquitetônicos.

A preocupação é que, na busca do contrato, empresas baixem o preço a ponto de não conseguirem executar a obra e, então, pedirem aditivos contratuais. Uma das saídas sugeridas é que os projetos sejam suficientemente detalhados pelo poder público no edital.

### O que determina o projeto (como aprovado na CCJ do Senado)

➔ A utilização da modalidade do pregão, na forma eletrônica ou presencial, será obrigatória para todas as licitações do tipo menor preço, observados os limites e vedados alterações e aditamentos contratuais.

➔ A modalidade do pregão eletrônico será utilizada em hipóteses em que, anteriormente, era obrigatório o uso de concorrência, tomada de preços ou convite, que será condicionado a limites de valor para obras (R\$ 3,4 milhões) e para aquisição de bens e serviços de grande vulto (R\$ 85 milhões).

➔ Ficará aberta a possibilidade de utilização de páginas da internet para dar publicidade aos editais de licitações, em substituição à imprensa oficial.

➔ Os valores de referência para aplicação das diferentes modalidades de licitação serão reajustados em até 126% com base no IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado, feito pela Fundação Getúlio Vargas). Dessa forma, os limites da carta-convite subirão de R\$ 80 mil para até R\$ 180 mil; da tomada de preços, de R\$ 630 mil para até R\$ 1,5 milhão; e da concorrência, para acima de R\$ 1,5 milhão. Acima desse teto, as licitações serão feitas por concorrência. O limite para

carta-convite no caso de obras e serviços de engenharia subirá de R\$ 150 mil para R\$ 340 mil; para tomada de preços, de R\$ 1,5 milhão para R\$ 3,4 milhões. Acima disso, será aplicada a concorrência.

➔ Quando o pregão for usado para contratar obras e serviços de engenharia, eles deverão ter quantitativos definidos, sem a possibilidade de acréscimos ou de supressões posteriores à assinatura do contrato.

➔ O pregão não poderá ser usado para serviços técnicos especializados, como emissão de pareceres ou perícias; fiscalização ou gerenciamento de obras; treinamento de pessoal; ou restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

➔ A modalidade pregão será incluída nas hipóteses de licitações internacionais.

➔ A compra de equipamentos científicos conforme a Lei 10.973/04, que concede incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, será dispensada de licitação.

➔ Os recursos deixam de ter efeito suspensivo. Por outro lado, deverão ser julgados antes do final do processo de homologação.

➔ A seqüência das fases da licitação, já usada no pregão, é estendida às demais modalidades, com exceção de obras com valor de concorrência e serviços e compras de grande vulto. Dessa forma, as propostas de preço deverão ser analisadas antes da documentação necessária para habilitar o participante, invertendo a lógica atual.

➔ Com a inversão das fases, o licitante terá que declarar que reúne as condições de habilitação exigidas no edital. Caso o vencedor não apresente essas condições, será suspenso por até dois anos de licitações ou de contratos com a administração pública.

➔ A participação em licitações de empresas ou pessoas que tenham praticado atos contra a ordem pública será proibida.

➔ As penas de suspensão e de proibição de participar de licitações são estendidas a outros casos, como abuso de direito, infração a leis ou dissolução irregular de sociedade. As penas alcançam o "laranja" de empresa punida.

➔ Será criado o Cadastro Nacional de Registros de Preços, a ser disponibilizado às unidades administrativas da União,

dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

➔ A contratação de parceria público-privada e a permissão de uso de bens imóveis serão incluídas entre as situações em que deve ser usada a concorrência.



PLENÁRIO Senado deliberou sobre cinco medidas provisórias, destrancou a pauta e votou mais nove projetos

# Pesquisa tecnológica terá benefício fiscal

As empresas que investirem em pesquisa científica e tecnológica poderão ter incentivos fiscais. O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 124/06), oriundo do Executivo, que concede incentivos à empresa que apoiar projeto executado por instituição científica e tecnológica. A proposta altera a Lei 11.196/05, originária da chamada MP do Bem. A matéria foi à sanção presidencial.

De acordo com o texto, as empresas beneficiadas poderão ex-

cluir do lucro líquido (para efeito de apuração do lucro real, que é a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos investimentos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica.

Um dos objetivos é estimular a interação entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas, que são as entidades

da administração pública que realizam pesquisas de caráter científico ou tecnológico, como é o caso de universidades e institutos de pesquisa. São exemplos de instituições desse tipo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O projeto teve como relatores os senadores Flávio Arns (PT-PR), na Comissão de Educação, e Francisco Dornelles (PP-RJ), na Comissão de Assuntos Econômicos.



GERALDO MAGELA

Os senadores aprovaram projetos como o que concede benefícios para a pesquisa tecnológica

## Senado amplia competência da Capes

Para elevar a qualificação dos professores do ensino básico, o Senado aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 10/07) que amplia as competências e a estrutura da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O texto veda a acumulação de bolsas de estudo ou pesquisa e concede R\$ 900 mensais a participantes de cursos de capacitação. O projeto volta à Câmara.

## Aprovados três projetos em defesa da mulher

O projeto de lei da Câmara (PLC 12/00) que cria o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família foi aprovado pelo Plenário. O mesmo aconteceu com o PLC 34/04, que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, e o PLC 33/06, que cria o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a ser lembrado em 6 de dezembro.

## Parlamentares têm aumento de 29,81%

Com votos contrários de Jefferson Péres (PDT-AM) e José Nery (PSOL-PA), foi aprovado o aumento salarial para deputados e senadores. O novo salário é de R\$ 16.512,09, um reajuste de 29,81%, valor da inflação de dezembro de 2002 a março de 2007. Já o salário do presidente da República foi reajustado para R\$ 11.420,21. O salário do vice-presidente e dos ministros de Estado subiu para R\$ 10.748,43.

## Confirmadas indicações ao STM e à Defensoria Geral

As indicações do presidente da República para cargos no Superior Tribunal Militar (STM) e no Ministério da Justiça foram confirmadas pelo Plenário.

Para ministros do STM foram aprovados os generais-de-exército Renaldo Quintas Magioli e Francisco José da Silva Fernandes. E Eduardo Flores Vieira foi reconduzido ao cargo de defensor público-geral da União do Ministério da Justiça.

## Criados 1.119 cargos para o Tribunal do Trabalho

Foi aprovado projeto de lei (PLC 126/06) que cria 1.119 novos cargos e funções no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A matéria teve parecer favorável do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que lembrou que em 2004 o número de ministros do tribunal aumentou de 17 para 27, para atender à crescente demanda da instituição. O projeto vai à sanção presidencial.

## TST não precisará julgar embargos duas vezes

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) não precisará julgar duas vezes embargos referentes a possível contrariedade à legislação federal, em caso de divergência entre as turmas do TST ou entre alguma das turmas e a Seção de Dissídios Individuais (SDI). Foi aprovado o PLC 66/06, de iniciativa do Executivo, que simplifica a legislação. A mudança foi sugerida pelos membros do TST.

## Ações trabalhistas terão depósitos prévios

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 80/06) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer a obrigatoriedade de depósito prévio, em valor equivalente a 20% do valor da causa, para as ações no âmbito da Justiça do Trabalho, dispensado apenas nos casos em que se comprovar a miserabilidade do autor. A proposta foi à Comissão Diretora para a redação final.

## Estados exportadores recebem compensação

Uma medida para compensar parcialmente os estados e municípios prejudicados com as isenções fiscais da Lei Kandir foi aprovada pelo Plenário. Em votação simbólica, os senadores aprovaram o projeto de lei de conversão (PLV 14/07) – proveniente da Medida Provisória 355/07 – que compensa, em parte, as perdas de estados e municípios com isenções tributárias nas exportações. A matéria vai à sanção presidencial.

O relator da matéria no Plenário, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deu parecer favorável à aprovação e disse que o projeto era fruto de um acordo entre os governadores e o governo federal. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) opinou que “os estados têm sido fundamentais” para os bons resultados das exportações brasileiras. Ele informou que os estados perdem R\$ 20 bilhões por ano devido à desoneração das exportações referente à Lei Kandir.

– Os estados têm carregado

nas costas as exportações brasileiras – disse Perillo.

A MP liberou R\$ 975 milhões do Orçamento da União para estados, Distrito Federal e municípios, para fomentar e estimular as exportações do país. Em fevereiro deste ano foram liberados R\$ 650 milhões. Os R\$ 325 milhões restantes foram liberados em março.

A lei estabeleceu coeficientes individuais de participação para a partilha dos recursos entre estados, municípios e Distrito Federal. O estado de São Paulo, por exemplo, recebeu, de acordo com o texto da MP, 21% dos recursos; Minas Gerais, pouco mais de 10%; e Paraná e Rio Grande do Sul, cerca de 9%. Todos os outros estados receberam percentuais menores.

Do montante que coube a cada estado, 75% a União entregou aos próprios estados e 25% aos seus respectivos municípios. Caberá ao Ministério da Fazenda fiscalizar a efetiva utilização dos recursos.

## Itaipu Binacional poderá renegociar dívida com Brasil

O Senado Federal aprovou a MP 357/07, que autoriza a União e a Eletrobrás a renegociarem seus créditos com a Itaipu Binacional mediante a retirada, dos contratos de financiamento, da cláusula que prevê o fator anual de reajuste da dívida. Itaipu deve US\$ 19 bilhões, que devem ser pagos até 2023.

Segundo o texto, a medida daria mais transparência quanto ao pagamento da tarifa de energia produzida pela hidrelétrica, controlada pelo Brasil e pelo Paraguai. A renegociação era reivindicação antiga dos paraguaios.

A União fica autorizada a manter no mínimo 94% dos valores relativos à incidência do fator anual de reajuste (variação anual da inflação norte-americana). As perdas são estimadas em R\$ 3 milhões em 2008 e R\$ 5,5 milhões em 2009, mas podem ser menores ou inexistentes, caso haja queda na inflação ou deflação.

O governo garante que, com as atuais condições de contratação, “não haverá qualquer diferença para o consumidor brasileiro”. O senador César Borges (DEM-BA) contestou. Ele vê privilégios somente ao consumidor paraguaio.

**PAN-AMERICANO** - Foi aprovada a MP 356/07, que abriu crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para o Ministério do Esporte. A verba foi destinada, em duas parcelas – de R\$ 15 milhões e de R\$ 85 milhões –, à realização e implantação da infra-estrutura física para a realização dos 15º Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.

**PRIMEIRO TRIMESTRE** - O Plenário aprovou o projeto de decreto legislativo (PDS 35/07) que trata da programação monetária para o primeiro trimestre de 2007. A matéria segue à Câmara dos Deputados. No texto, o Banco Central prevê diminuição nas taxas de juros.

**IMPASSE** - Após impasse com a oposição, a MP 338/06, que abriu crédito de R\$ 7,4 bilhões para estatais e cancelou dotações de R\$ 8,8 bilhões a outras empresas do governo, foi transformada em projeto de lei pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), e como tal terá tramitação na Casa. PSDB e DEM alegaram que a MP não trazia explicações sobre os gastos liberados.

**RCTV** - O Plenário aprovou requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que apela ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para que reveja a decisão de não renovar a concessão da emissora RCTV. José Nery (PSOL-PA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) defenderam a decisão de Chávez.

**REJEIÇÃO** - Foi rejeitada emenda da Câmara a projeto de lei do Senado (PLS 337/99) que regula a gratuidade dos honorários dos peritos. Assim, os formados em instituições públicas devem aceitar o máximo de três nomeações judiciais por ano, até cinco anos após a conclusão do curso, para fazer perícias quando o ônus da prova couber a beneficiários da Justiça gratuita.

PLENÁRIO Aprovada pelo Senado e enviada à sanção presidencial, última MP do PAC prevê aplicação de R\$ 5 bilhões

# Criado Fundo de Investimento do FGTS

A última medida provisória do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que ainda tramitava no Senado foi aprovada pelo Plenário na terça-feira. Alterada pelo projeto de lei de conversão (PLV 10/07) na Câmara dos Deputados, a MP 349/07 cria um fundo de investimento que terá, como capital inicial, R\$ 5 bilhões em recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação em obras e projetos nos setores de energia, transporte e saneamento básico.

A MP agora vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela determina ainda que outros recursos poderão ser alocados ao chamado Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), até o limite de 80% do patrimônio líquido do Fundo de Garantia, equivalente a R\$ 16,7 bilhões em 31 de dezembro de 2006.

O relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, rejeitou todas as emendas apresentadas no Senado. Não foi aproveitada, por exemplo, a sugestão do senador Flexa Ribeiro

(PSDB-PA) que defendia o aval do Congresso a cada ampliação dos recursos do FI-FGTS. Jucá prometeu, por outro lado, que no futuro o governo poderá aproveitar, em outro projeto, emenda da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que reivindicava parte dos investimentos do fundo para a armazenagem de produtos agrícolas.

Os senadores opositores protestaram não só contra a possibilidade de o fundo utilizar até 80% dos recursos disponíveis do FGTS, mas também argumentaram que, ao invés de superávit, o FGTS amargaria, na verdade, um déficit patrimonial de R\$ 5 bilhões. Já os favoráveis à MP, em sua maioria governistas, disseram confiar que a medida deverá estimular a economia e gerar mais empregos.

Segundo os senadores governistas, seriam infundadas as resistências ao fundo, pelo eventual risco ao patrimônio dos trabalhadores (representado pelo FGTS), já que a Caixa Econômica Federal, à frente do FI-FGTS, deverá assegurar rentabilidade equivalente à recebida pelo FGTS – mínima de 3% ao ano, mais Taxa Referencial.

## Para opositores, medida prejudica moradia popular

Durante as discussões do projeto que criou o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou a aplicação dos recursos em finalidades distintas da construção de moradias populares. O FI-FGTS prevê investimentos em empreendimentos nos setores de energia, rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e de saneamento.

Preocupação semelhante foi manifestada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), para quem a habitação está entre os problemas mais graves do país.

– O déficit habitacional no país é gigantesco. E não se faz habitação popular, por exemplo, argumentando-se a falta de recursos ou a incapacidade de os tomadores pegarem recursos oriundos do FGTS para essa finalidade – disse Jereissati.

Também o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) se posicionou contrário à proposição. Ele considerou um erro a tentativa de capitalizar a Caixa com recursos dos trabalhadores. Nessa mesma linha argumentaram José Nery (PSOL-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), César Borges (DEM-BA) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Em resposta às críticas, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que os recursos do novo fundo deverão ingressar na tesouraria da Caixa Econômica Federal, continuando a ser geridos pelo próprio Conselho Curador do FGTS.

Ele também assegurou que não haverá possibilidade de prejuízo para os trabalhadores, nem risco de perda de investimento em habitação.

– O Conselho Curador é que analisará cada projeto e o aprovará ou não – explicou Jucá. Ele ressalta que, a cada real aplicado no FI-FGTS para grandes empreendimentos, igual valor será destinado à habitação popular.

De acordo com o texto aprovado pelo Senado, o trabalhador poderá aplicar até 10% do saldo de sua conta do FGTS no novo

fundo de investimento, contando com isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos. Em contrapartida, essa parcela de recursos não contará com a garantia dada pelo

governo federal aos demais recursos da conta vinculada do FGTS.

Romero Jucá apontou como méritos da iniciativa a ampliação de investimentos em infra-estrutura e a geração de empregos. Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Renato Casagrande (PSB-ES) também manifestaram posição favorável à matéria.

Discutiram ainda a matéria os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Papaléo Paes (PSDB-AP), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), Marisa Serrano (PSDB-MS), Mário Couto (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

MOREIRA MARIZ



Plenário debate criação do FI-FGTS, última medida provisória do PAC aprovada no Senado



## Como estão as medidas do PAC

### Convertidas em lei

Lei 11.457/07	Cria a Super-Receita, unificando as secretarias de Receita Federal e de Receita Previdenciária (PL 6.272/05). (*)
Lei 11.469/07	Libera crédito extraordinário que permitirá a extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e da Franave (MP 346/07).
Lei 11.474/07	Permite a antecipação de compra de imóvel arrendado (MP 350/07).
Lei 11.478/07	Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (MP 348/07).

### Já aprovadas, aguardando sanção

MP 340/06	Corrige a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) em 4,5% ao ano até 2010.
MP 347/07	Autoriza o repasse à Caixa Econômica Federal de R\$ 5,2 bilhões para aplicação em obras de saneamento básico e construção de casas populares.
MP 349/07	Destina R\$ 5 bilhões do FGTS para um fundo que vai investir em obras de energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento.
MP 351/07	Cria isenção de impostos a projetos de transporte, portos, energia e saneamento básico.
MP 352/07	Cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos, como os que serão utilizados na TV digital.
MP 353/07	Transfere ao governo federal a responsabilidade por todos os bens e os 41 mil processos judiciais da qual a RFFSA é parte, além de criar 157 cargos encarregados de administrar o processo final de extinção da empresa.

### Tramitando na Câmara

PEC 285/04	Prevê a unificação das regras do ICMS em todo o país (*)
PL 3.37/04	Dispõe sobre a gestão e controle social das agências reguladoras. (*)
PL 5.877/05	Altera a Lei de Defesa da Concorrência. (*)
PL 6.673/06	Regulamenta a movimentação e a comercialização do gás (Lei do Gás) (*)
PL 01/07	Define regras para valorização do salário mínimo entre 2008 e 2023.
PLP 01/07	Limita gastos com pessoal da União no período de 2007 a 2016.
PLP 388/07	Propõe ações de cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais na área ambiental.

### Tramitando no Senado

PL 7.709/07	Altera a Lei de Licitações para tornar mais claras as regras de utilização do chamado pregão eletrônico. Aprovado pela CCJ.
-------------	---

(\*) Propostas que já haviam sido enviadas ao Congresso Nacional antes do PAC, mas que foram incluídas pelo governo no rol de medidas do programa.

## ECONOMIA

## Dados sobre loterias da CEF pela internet

Projeto de lei que obriga a Caixa Econômica Federal a divulgar na internet todas as informações relativas a loterias bancadas pela instituição, como a Quina, a Mega-Sena e a Lotofácil, foi aprovado pela CAE na semana passada. A decisão foi unânime e terminativa (em princípio não irá ao Plenário, só se houver pedido para tal).

Como forma de dar maior transparência às loterias, o projeto (PLS 310/05), do ex-senador Rodolpho Tourinho, determina ainda que a Caixa divulgue todas as informações dos sorteios pelo sistema Radiobrás, com transmissão em tempo real dos sorteios.

Entre as informações a serem divulgadas estão os percentuais de rateio da arrecadação bruta de cada concurso e os respectivos repasses a todos os beneficiários legais, inclusive os referentes ao custeio e à manutenção dos serviços e impostos; os valores acumulados e a estimativa de prêmio para o próximo concurso; e a agenda dos próximos sorteios para o período de pelo menos um mês.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que a proposta estava prejudicada, já que a Caixa já ofereceria, em seu site na internet, todas as informações sobre as loterias que organiza. Mas o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), defendeu a aprovação, para que o país disponha de uma lei própria que regulamente toda a divulgação dos concursos de prognósticos de números bancados pela Caixa.



Aloizio Mercadante preside reunião em que senadores decidiram beneficiar bibliotecas públicas

## CAE aprova incentivo à doação de livros

As doações de livros a bibliotecas públicas poderão ser deduzidas do imposto de renda a ser pago pelas pessoas físicas, mas o contribuinte deverá comprovar o valor gasto com nota fiscal de compra das obras e de recibo da entidade beneficiada. Como as demais deduções no IRPF atualmente permitidas, a relativa a doações de livros não pode ser superior a 6% do imposto devido.

Esta foi a decisão tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por unanimidade e em caráter terminativo, ao aprovar projeto (PLS 27/05) do ex-senador

Roberto Saturnino. A proposta já passou pela Comissão de Educação e, se não houver recurso ao Plenário, será enviada para análise da Câmara dos Deputados.

Saturnino pretende incentivar o hábito da leitura no país por meio da "facilitação da compra de títulos pelas pessoas de renda média e alta e pela circulação desses livros por toda a população nas bibliotecas públicas".

Segundo o relator, senador Edison Lobão (DEM-MA), com a aprovação desse projeto e da Lei de Incentivo ao Esporte, que também prevê deduções no IR, chegarão a cinco as hipóteses de

dedução do imposto devido.

As outras possibilidades são as contribuições para os fundos dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, para o Programa Nacional de Apoio à Cultura e para incentivo às atividades audiovisuais.

Na mesma reunião, a CAE rejeitou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que permitiria deduzir do IRPF valores correspondentes a até dois salários mínimos mensais por empregado doméstico registrado em carteira. Para o relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a Lei 11.324/06 já trata do assunto.

## Um país em busca de novos leitores

O índice de leitura no Brasil é de **1,8** livro por habitante ao ano. O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) visa aumentar esse índice para **2,7**.

**47%** dos brasileiros chegam a possuir pelo menos dez livros em casa.

São **2.200** livrarias no país, distribuídas em **600** municípios, a maioria deles capitais e cidades do Sul e Sudeste.

São **5 mil** as bibliotecas públicas municipais.

Cresce número de cidades com biblioteca pública:  
**1999 - 76,3%**  
**2005 - 86%**

Segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, em 2005 (último ano do levantamento), foram vendidos **270 milhões** de exemplares, o que resultou em um faturamento de **R\$ 2,57 bilhões** no setor. No mesmo ano, nos Estados Unidos, o mercado de livros movimentou **R\$ 49 bilhões** (US\$ 25,1 bilhões).

Fontes: PNLL/Sindicato Nacional dos Editores de Livros/Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE



## Gasolina para aviação pode cair de preço

A CAE também na última semana aprovou projeto oriundo da Câmara dos Deputados (PLC 67/05) que determina a incidência, na gasolina de aviação, da mesma alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) cobrada do querosene de aviação. Hoje, para efeito de cobrança da Cide, a gasolina de aviação é considerada idêntica à gasolina automotiva, o que é incoerente, segundo o autor do projeto, deputado Roberto Balestra, já que a finalidade do querosene e da gasolina de aviação é a mesma.

Na prática, o projeto tem por objetivo, segundo o relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), beneficiar a aviação agrícola, pois a Cide cobrada será mais barata. Ele informou que a gasolina de aviação é um dos principais insumos incorporados ao preço final dos produtos, tendo um grande impacto sobre o custo dos serviços desse setor e sobre o desenvolvimento e a modernização da agricultura. O projeto segue agora para análise do Plenário.

## Estados e municípios têm novo prazo para regularizar dívidas

Os estados, municípios e Distrito Federal têm até 31 de dezembro para regularizar os débitos de seus órgãos e entidades, para que possam estar aptos a contratar operações de crédito, de acordo com projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovado pelo Plenário depois de ser votado na comissão na terça-feira. A matéria vai a promulgação.



Dornelles preocupa-se com o prazo, que mesmo dilatado ainda pode não ser suficiente para a regularização

O projeto (PRS 43/01) prorroga o prazo original (30 de abril passado) e modifica os termos da Resolução 43/01. Por essa resolução, a verificação de adimplência até 30 de abril incluiria o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomador da operação de crédito. Assim, no dia 1º de maio deste ano, a verificação de adimplência seria feita nos CNPJs de todos os órgãos e entidades integrantes do estado, Distrito Federal ou município ao qual pertença o órgão ou entidade tomadora da operação de crédito.

Pelo texto do PRS 43/01, agora a verificação de adimplência será efetuada até 31 de dezembro deste ano. Somente a partir de 1º de janeiro de 2008 é que a verificação de adimplência abrangerá os números de registro no CNPJ de todos os órgãos e entidades integrantes

do estado, Distrito Federal ou município ao qual pertença o órgão ou entidade que tomará a operação de crédito.

Sem essas condições, o Ministério da Fazenda não encaminhará ao Senado pedido de autorização para contratação de operação de crédito de tomador.

### Mercadante admite novas prorrogações

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse, em resposta ao senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que, se for necessário, esse prazo será prorrogado mais uma vez para novos ajustes.

Mercadante alegou, ao justificar o projeto, que a mudança foi feita "por uma questão de coerência e harmonização com a legislação relativa às transferências voluntárias", pois a Secretaria do Tesouro Nacional, que também promove esforço para aperfeiçoamento do controle gerencial, decidiu estender o prazo de adaptação no que se refere ao controle de adimplência para fins

## Comissão vai debater crise no setor têxtil

A crise enfrentada pela indústria têxtil e de vestuário será debatida pela CAE, por sugestão do senador Edison Lobão (DEM-MA). Para ele, as "desmedidas" importações, em especial de produtos chineses, e a desvalorização do dólar estariam sufocando os produtores nacionais. Serão convidados os ministros da Fazenda, Guido Mantega; das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; e do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, além de representantes da indústria e dos trabalhadores.

Foram aprovados outros três requerimentos de audiências públicas. Renato Casagrande (PSB-ES) quer debater a política cambial para os setores de brinquedos, calçados e vestuário. Aloizio Mercadante (PT-SP) espera ouvir Mantega sobre a evolução da conjuntura econômica (esta audiência pública já foi marcada para 19 de junho, às 10h). Arthur Virgílio (PSDB-AM) deseja discutir os limites do endividamento dos governos estaduais e municipais.

## COMISSÕES

## Airbags podem ser item obrigatório nos veículos

O uso de airbags – para proteção dos passageiros dos bancos dianteiros – e a existência de barras de proteção lateral e arco de proteção superior (PLS 115/04) poderão ser obrigatórios nos automóveis, conforme projeto (PLS 115/04) aprovado pela CCJ. Como os senadores acataram emendas da relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO), será necessária outra votação.

O projeto, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), prevê que os airbags serão progressivamente incorporados aos novos modelos de veículos, a partir do primeiro ano após a definição, pelo Conselho Nacional de Trânsito

(Contran), das especificações técnicas pertinentes e do cronograma de implantação.

Para Lúcia Vânia, as mudanças tecnológicas tendem a elevar a potência e o desempenho dos motores, e devem também incorporar maiores níveis de segurança para os passageiros.

Para corrigir erro na redação do projeto que regulamenta o uso de películas de proteção contra raios solares nos veículos automotores (PLC 5/07), a CCJ acolheu adendo do relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ao parecer da comissão, aprovado em abril. O projeto ainda será votado em Plenário.

## CCJ quer presidente do Supremo à frente do CNJ

Proposta de emenda à Constituição que modifica a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tornando o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) membro nato do conselho e, necessariamente, seu presidente, foi aprovada pela CCJ.

A PEC 22/06, que ainda deve ser votada em dois turnos pelo Plenário, é do senador Demostenes Torres (DEM-GO) e o relator foi o presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA).

Atualmente, qualquer dos 11 ministros do STF pode vir a ser indicado para compor e presidir o CNJ. Enquanto exercer função no

conselho, o ministro fica afastado da distribuição dos processos no tribunal.

Segundo Demostenes Torres, essa norma permite que dois ministros do Supremo atuem no CNJ, um como presidente e outro como representante da corte, o que prejudicaria a agilidade da prestação jurisdicional, já que o STF atuaria de fato com nove ministros.

– A celeridade processual é garantia fundamental do cidadão. Parece-me, portanto, mais equilibrado transformar o presidente do Supremo em membro nato do conselho e, necessariamente, seu presidente – argumentou.

## Aprovadas regras de transição para o modelo de TV digital

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou projeto que disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão, mais especificamente nas faixas VHS ou UHF. O objetivo é estabelecer regras para a transição ao modelo de TV digital.

O projeto (PLS 189/06), que ainda será votado pela Comissão de Educação, é de Flávio Arns (PT-PR) e foi relatado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que recomendou a aprovação

com emendas. A proposta define sistema privado, público e estatal de televisão. O sistema privado seria aquele composto por emissoras geradoras e retransmissoras exploradas em regime comercial. O sistema público, por emissoras que tenham por objetivo a veiculação de programação de utilidade pública, exploradas sem finalidade lucrativa. Já o sistema estatal seria constituído pelas emissoras exploradas diretamente pela União ou, por delegação desta,

por estados, pelo Distrito Federal ou por municípios, que tenham por objetivo a divulgação institucional de seus atos, obras, serviços e campanhas.

A proposta original estabelecia uma reserva, em cada localidade, de no mínimo 40% do espectro de radiofrequências para os serviços de televisão aos sistemas público e estatal. Garibaldi decidiu não fixar explicitamente o percentual, mas deixar essa tarefa a cargo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel),



Reunião da CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães: projeto que reprime tráfico nas escolas ainda passará por nova votação

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) substitutivo a projeto de lei que aumenta a pena para os crimes relacionados ao tráfico ilícito de entorpecentes dentro ou nas vizinhanças de estabelecimentos de ensino. O autor do projeto (PLS 34/03) é o senador licenciado Hélio Costa, atual ministro das Comunicações.

A pena também é aumentada de um terço ao dobro (hoje, a lei prevê de um sexto a dois terços) se a prática dos crimes relacionados nos artigos 33 a 37 da Lei 11.343/06 (que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas) envolver ou tiver como alvo criança, adolescente ou quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.

Segundo o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do substitutivo que deverá ser votado em turno suplementar nesta semana, a idéia é desestimular a presença de traficantes entre os estudantes, “jovens em formação, suscetíveis à perniciosa influência desses bandidos que se travestem de estudantes e colegas para livremente agir contra nossa juventude”.

O texto apresentado por Jereissati muda a redação do artigo 40 da mesma lei, que estabelece que as penas previstas nos artigos 33 a 37 serão aumentadas

de um sexto a dois terços se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares; de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes; de locais de trabalho coletivo; de recintos onde se realizam espetáculos ou diversões de qualquer natureza;

de serviços de tratamento de dependente de drogas ou de reinserção social; de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos.

A mudança feita nesse artigo destinou-se a retirar os estabelecimentos de ensino da relação para aumentar as penas para infrações cometidas nas escolas ou em suas imediações.

sons e imagens, entre outros itens.

– O Brasil está em vias de realizar a transição para a televisão digital. Verifica-se, portanto, a necessidade de um regime jurídico apto a disciplinar a utilização desse bem público de forma adequada. Entendemos que tal regime deva preservar valores caros ao nosso sistema jurídico-político, como a liberdade de expressão, o pluralismo político, a democracia e a diversidade cultural – defende Flávio Arns.

## Comissão adia votação de projeto contra crimes na internet

Um pedido de vista coletiva adiou mais uma vez a votação, na CCJ, do projeto de lei da Câmara (PLC 89/03) que dispõe sobre crimes cometidos na internet. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), emitira parecer favorável na forma de um novo texto.

Um dos que pediram vista foi Pedro Simon (PMDB-RS). Ele alegou que não tivera tempo de estudar a questão e pediu novas audiências com especialistas. Já Wellington Salgado (PMDB-MG) requereu o exame do projeto pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que ele preside.

Azeredo disse à imprensa que

o novo texto está “redondo”, ou seja, os pontos de atrito que afloraram em 2006 teriam sido suprimidos. A principal crítica era a obrigatoriedade de identificar os usuários de internet. O acesso dos internautas sem identificação prévia seria punido com prisão de dois a quatro anos, e os provedores ficariam responsáveis pela veracidade dos dados cadastrais dos usuários.

Para Thiago Tavares, presidente da ONG Safernet, de combate à pedofilia na internet, o projeto é um risco à privacidade dos internautas, por ampliar os termos de acordo fechado em 2005 entre o Ministério Público de São

Paulo e os principais provedores brasileiros. Pelo acordo, as empresas denunciariam imediatamente à Justiça a descoberta de pornografia infantil ou formas de discriminação racial em suas redes. O projeto prevê a denúncia de qualquer conduta delituosa.

Essa ampliação, segundo Tavares, confunde dois universos de ações penais – o público e o privado. No primeiro, a Justiça pode agir sem que a vítima se manifeste, em casos como preconceito racial ou pedofilia. Já no segundo, que envolve casos de injúria ou difamação, por exemplo, cabe exclusivamente à vítima procurar a Justiça.

## Crime digital

**Confira os itens do projeto contra atos ilícitos na internet e outros meios eletrônicos**

**Roubo de senha** - Golpe conhecido como *phishing*. Pena de prisão de um a três anos. Profissionais, em caso de defesa digital ou contra-ataque, ficam isentos.

**Falsificação de cartões** - Código Penal passa a considerar falsificação de cartões de crédito ou débito como de documento.

**Clonagem de celular** - Criar, copiar ou falsificar números, códigos, cartões ou transmissores passa a ser crime sujeito a prisão de até cinco anos e multa.

**Calúnia, difamação e injúria** - Por via eletrônica, passam a ter pena elevada em dois terços.

**Vírus e afins** - Criar, inserir ou difundir códigos prejudiciais gera prisão de até cinco anos e multa.

**Acesso não autorizado** - Acesso

a redes sem autorização: prisão de até quatro anos.

**Roubo de dados** - Obter dados sem autorização dá até quatro anos de prisão e multa.

**Divulgação de bancos de dados** - Fornecer informações de bancos de dados dá até dois anos de prisão e multa.

**Furto qualificado** - Código Penal passa a definir esse tipo de crime com uso de informática.

**Atentado contra serviço público** - Equipara telecomunicação ou informação a serviços de utilidade pública, como água e luz.

**Ataques a redes** - Além dos ataques em si, torna crime impedir ou dificultar o restabelecimento dos sistemas atingidos.

Fonte: SaferNet

## COMISSÕES

# Decreto facilita usinas no rio Madeira



Raupp quer acelerar as obras de aproveitamento hidrelétrico e de construção de hidrovias

Foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) parecer favorável a projeto de decreto legislativo que autoriza o Executivo a implantar o aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia, inclusive a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e a hidrovia do rio Madeira.

O PDS 389/05, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que recebeu parecer favorável do relator, senador Expedito Júnior (PR-RO), estabelece a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica

e ambiental antes da implantação das medidas de aproveitamento hidrelétrico. A proposição será ainda submetida ao Plenário.

Os estudos a serem realizados para a implantação dessas medidas serão de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, avaliação ambiental integrada da bacia do rio Madeira e um estudo de natureza antropológica sobre as comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais localizadas na área de influência do empreendimento.

Raupp diz que a construção das usinas é de vital importância

para o país e para a região Norte. De modo especial, a construção das usinas, segundo ele, será vital para o abastecimento energético de Rondônia, "constituindo base essencial para o desenvolvimento sustentável da região".

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), anunciou que foi retirada da pauta da comissão mensagem que trata dos relatórios anuais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005.



Expedito Júnior, relator da proposta que prevê estudos técnicos e ambientais

## Hidroviárias no Norte passam a figurar em plano nacional

A CI também aprovou na semana passada, em decisão terminativa, projeto que acrescenta, na relação descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, as hidroviárias do Tapajós, Teles Pires e Juruema. O projeto (PLS 184/07), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado com 13 votos favoráveis.

As hidroviárias, situadas na Bacia Amazônica, ficam na confluência dos rios Juruema e Teles Pires, na foz do Amazonas. O rio Teles Pires tem uma extensão de 725 km e está localizado no sopé

da cachoeira Oscar Miranda, no município de Sinop (MT). O rio Juruema tem extensão de 550 km e fica na confluência com o rio Teles Pires.

Flexa Ribeiro lembra que tem aumentado significativamente o volume de cargas transportadas pelas hidroviárias e o transporte fluvial é o que permite menor consumo de energia. Por esse motivo, segundo ele, a implantação das hidroviárias resultará em menores custos operacionais para o transporte de mercadorias e a conseqüente redução do chamado custo Brasil.

**AL GORE** - O Senado aprovou voto de aplauso ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, pelo documentário *Uma Verdade Inconveniente*. O requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) já havia recebido parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

- É mais uma forma de o Parlamento se associar a essa justa inquietação que é o aquecimento global - disse Mercadante, que defendeu ainda a criação de um fundo internacional para financiar ações contra o fenômeno.

**PROJETOS** - A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas aprovou relatório parcial apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). O parlamentar propôs em seu relatório que a comissão apóie e acompanhe a tramitação urgente de sete projetos de lei com vistas à proteção ambiental. Além da seleção de projetos, o relatório contém, entre outros, relato da organização e do desenvolvimento dos trabalhos até o momento; um diagnóstico preliminar da situação ambiental do país; e um histórico do tratamento às mudanças climáticas em âmbito internacional.

**TRANSPosição** - A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou requerimento do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para realização de audiência pública sobre o projeto de revitalização do rio São Francisco e a transposição de suas águas. Devem ser convidados para a audiência representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Integração Nacional, do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, da seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de dom Luiz Flávio Cappio, da Diocese da Barra (BA).

## CAS reduz a um ano prazo para trabalhador sacar FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que propõe alteração na lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para determinar que a conta vinculada ao FGTS possa ser sacada depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho. A proposta recebeu decisão terminativa.

Atualmente, nas hipóteses de demissão com justa causa ou rescisão solicitada pelo

próprio empregado, o trabalhador só pode sacar o fundo se permanecer três anos ininterruptos fora do regime do FGTS, podendo o saque ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. A movimentação pode ser feita antes desse prazo, mas somente quando o empregado é demitido sem justa causa.

O projeto de Paim (PLS 126/06) determina, portanto, que o novo prazo seja válido para rescisão ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho.

## Aprovado fundo para desenvolvimento da agropecuária gaúcha

Para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos em projetos de fomento à agropecuária, inclusive familiar, e incentivar pesquisas e estudos de tecnologias agrícolas no Rio Grande do Sul, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do estado (Fundap/RS). Em seu parecer favorável ao PLS 39/03, Pedro Simon (PMDB-RS) argumentou que a agropecuária gaúcha representa 11% do PIB estadual.

A CDR também aprovou proposta determinando que os municípios mais de 500 mil habitantes deverão elaborar um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido, que contemple os espaços para ciclovias e estacionamentos de bicicletas. O texto aprovado é substitutivo de Valter Pereira (PMDB-MS) a projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Ruas só poderão ser asfaltadas após rede de água e esgotos

Foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em decisão terminativa, projeto que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura básica. Autor do PLS 264/04, Augusto Botelho (PT-RR) contou que a proposta visa a saúde das crianças que, muitas vezes, morrem devido a doenças adquiridas pela falta de saneamento e de esgoto sanitário. Já Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto (PLC 22/07) que determina a adição de farinha de mandioca à de trigo e seus derivados adquiridos pelo poder público, e concede benefício tributário de suspensão da cobrança do PIS/Pasep e da Cofins à farinha misturada. O relator da proposta foi o senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

## Projeto exclui juro do Código do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao custo dos empréstimos e à remuneração das aplicações financeiras, mas é plenamente aplicável a qualquer relação de consumo envolvendo instituições financeiras e seus clientes, de acordo com projeto aprovado pela CMA na última terça-feira.

Segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), autor do projeto (PLS 143/06), este é também o entendimento do Supremo Tribunal Federal

(STF) sobre ação direta de inconstitucionalidade questionando a não aplicação do código a todas as relações dos consumidores com os bancos, inclusive as taxas de juros. O relator, Expedito Júnior (PR-RO), argumentou que, da mesma forma que não se pode utilizar o código para discutir o preço de um bem ou de um serviço, não tem sentido fazê-lo para discutir taxas de juros previstas em contratos de operações financeiras.

## Propaganda só poderá ser feita de forma explícita

A propaganda em que não esteja evidente o seu caráter comercial poderá passar a inserir, obrigatoriamente, a expressão "informe comercial". A exigência está prescrita em projeto (PLS 151/06) de Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) na última terça-feira e relatado por Garibaldi Alves (PMDB-RN).

**RÁDIO E TV** - A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em reunião na semana passada, 14 projetos de decreto legislativo com o objetivo de permitir o funcionamento de novas emissoras de rádio comunitárias ou de renovar a concessão ou autorização para que outras emissoras continuem operando em frequência modulada e onda média.

**DEPENDENTES** - A CAS decidiu criar um grupo de trabalho com cinco senadores para estudar a situação do sistema de recuperação de dependentes químicos existente no país. O grupo vai examinar a legislação e os projetos em tramitação no Congresso. A proposta é do senador Magno Malta (PR-ES), que criticou a Secretaria Nacional Antidrogas por atribuir exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS) a função de prestar assistência aos dependentes.

**BOLÍVIA** - As relações do Brasil com a Bolívia e a situação geral das fronteiras do país serão debatidas, em caráter reservado, em duas audiências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Serão convidados a participar da primeira reunião o ministro da Defesa, Waldir Pires, e os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Na segunda deverá falar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

**INCOR-DF** - O Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF) pode voltar a funcionar normalmente nesta semana, anunciou o secretário de Saúde do DF, José Geraldo Maciel, durante audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que examinou a crise enfrentada pelo hospital. Maciel informou que o governador José Roberto Arruda vai liberar R\$ 5 milhões, a serem usados, basicamente, no pagamento da folha de pessoal e de débitos.



## MEIO AMBIENTE

Sessão comemorativa ao Dia Mundial reúne senadores, ambientalistas, diplomatas e estudantes

## Argumentos para cuidarmos da nossa água

Na Semana do Meio Ambiente, o **Jornal do Senado** apresenta números e argumentos que demonstram a necessidade de se preservar os recursos hídricos no mundo. Importantíssima para a agricultura, para a indústria e, principalmente, para matar a sede de

homens e demais seres vivos do planeta, a água não é tão abundante quanto aparenta pelo tamanho dos oceanos e alguns rios. Veja a seguir argumentos para convencer a quem ainda acha que não é importante economizar água e cuidar dos mananciais de onde ela vem.

**97%** das águas do mundo (1,4 quintilhão de metros cúbicos) são salgadas e não servem para o consumo humano

## Escassez progressiva

A América Latina tem a maior disponibilidade de água por habitante. A maior responsável é a bacia amazônica, onde estão presentes 31% da água doce disponível no mundo. Enquanto isso, o Oriente Médio e o norte da África possuem só 1% do total.

Estima-se que entre 18% e 12% desse total estejam no Brasil, país que possui mais água no mundo.

Em vários países a escassez de água já é muito sentida, como na China, no México e no Paquistão. O total de pessoas em áreas com escassez ou risco no abastecimento de água chegou a 430 milhões em 2000.

Já no Leste Europeu, a poluição dos recursos hídricos é o maior problema. 87% da poluição no mundo é causada pela indústria. Mais de um terço dessa poluição é proveniente da Chi-

na, país mais populoso e que tem crescimento econômico superior a 10% ao ano.

Hoje, 1,2 bilhão de habitantes do planeta não têm acesso a água de qualidade, segura e confiável, o que provoca a morte de milhares de pessoas anualmente.

Quando a população da Terra atingir 10 bilhões de pessoas, 70% terão deficiência no suplemento de água e 1,6 bilhão não terão água para matar a sede e obter alimentação básica.

A agricultura é a maior consumidora de água doce: sete em cada dez litros vão para a irrigação e outras atividades na zona rural. A indústria gasta dois em cada dez litros, média que aumenta em países com alto grau de industrialização. Os lares respondem por apenas 10% da água doce consumida no mundo.

## O acesso à água doce no mundo, por classe social

Indicador	Renda baixa	Renda média	Renda alta
Acesso a água	75% da população	83% da população	99% da população
Saneamento	36% da população	61% da população	-
Disponibilidade hídrica (anual)	3,6 m <sup>3</sup> por pessoa	8,7 m <sup>3</sup> por pessoa	9,5 m <sup>3</sup> por pessoa
Energia elétrica (anual)	312 kWh por pessoa	1.422 kWh por pessoa	8.693 kWh por pessoa
Mortalidade infantil	123 crianças por mil nascidas vivas	37 crianças por mil nascidas vivas	-

Fonte: Banco Mundial, 2005.

**3%** são de água doce, dos quais 75% estão nos pólos ou em geleiras, de difícil acesso.

**0,27%** Se for contada apenas a água doce, o ser humano tem acesso fácil a apenas 0,27% do total existente na Terra, sendo que somente 0,007% do total da água no planeta está na superfície.

## Plenário alerta para proteção do planeta

Com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ambientalistas e diplomatas, o Senado realizou, na quarta-feira, sessão especial para marcar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho desde 1972, por iniciativa da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que sugeriu a homenagem, destacou o papel decisivo que o Brasil desempenhou na recente criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis, composto ainda por África do Sul, Estados Unidos, China, Índia e União Européia.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas do mundo e que por isso multiplicam-se as iniciativas de demarcação legal de áreas de preservação e conservação ambiental. Ele considerou, no entanto, delicada a situação do cerrado e da Amazônia, afirmando que o futuro dessas áreas dependerá da capacidade do Brasil de conciliar conservação e

exploração econômica.

Renato Casagrande (PSB-ES) propôs a dinamização do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, sugerindo que o Executivo aumente as dotações orçamentárias e que o Legislativo agilize a estrutura legal das iniciativas que preservam a natureza.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse acreditar que ainda há tempo para a adoção de novos padrões de consumo e produção e de novas tecnologias para a preservação ambiental.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a utopia não morreu nem se situa mais na área da economia. Segundo ele, a utopia mudou de nome e de campo de luta, situando-se agora na ecologia e na educação.

Na sessão comemorativa, que contou com a apresentação de um coral de 30 crianças, da Escola das Nações, e com representantes de todos os continentes, também discursaram os senadores Marisa Serrano (PSDB-MS), Fernando Collor (PTB-AL), Jayme Campos (DEM-MT) e Sibá Machado (PT-AC).

## Senado expõe em fotos as belezas do Tumucumaque

O Senado promove, até o dia 11, a sua segunda Exposição do Meio Ambiente, em que são mostradas fotos do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP), maior área protegida em faixa tropical do planeta. As imagens são de Zig Koch Cavalcanti, fotógrafo reconhecido por seu trabalho voltado para a natureza. A exposição, na Biblioteca do Senado, fica aberta das 8h às 18h30.

As fotos retratam belezas inexploradas do Tumucumaque e de indígenas de uma reserva ao lado do parque. Foram feitas em agosto de 2005, durante expedição científica ao rio Jari, promovida pelo WWF-Brasil, pelo Ibama e pela Funai. O parque, criado em 2002, tem 4 milhões de hectares.

Ao elogiar a exposição, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, observou que as ações individuais são tão impor-

tantes quanto os atos de governos na preservação do planeta.

Sibá Machado (PT-AC), integrante da comissão, lembrou que, se todas as pessoas fechassem a torneira enquanto escovam os dentes, muita água pura seria economizada.

Participaram da abertura da exposição o diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, João Carlos Zoghbi; o superintendente de Conservação de Programas Regionais do WWF-Brasil, Cláudio Maretti; o presidente da Comissão Especial Programa Senado Verde, Henrique Vilaverde; e a presidente da Reciclã, Mariângela Cascão.

Também na semana passada, foi aberta na Senado Galeria uma mostra de peças de artesanato confeccionadas por filiados da Associação dos Artesãos do Meio Ambiente (Reciclã), que trabalha para difundir a conscientização ambiental.



Imagens captadas pelo fotógrafo Zig Koch Cavalcanti no Parque Nacional do Tumucumaque: belezas inexploradas do Amapá

DIREITOS HUMANOS Autoridades e especialistas discutem exploração dos trabalhadores em atividades rurais

# Trabalhador morre de fadiga, diz procurador

Em várias fazendas brasileiras, há trabalhadores que cortam até 30 toneladas de cana-de-açúcar por dia, o que em alguns casos leva à morte por fadiga. A informação foi prestada pelo procurador do Ministério Público do Trabalho Alessandro Santos de Miranda, em audiência pública realizada quinta-feira, para debater as condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. O procurador ressaltou que a atividade nos canaviais é realizada geralmente com intenso esforço físico, ações repetitivas e posturas inadequadas, que geram acidentes e doenças ocupacionais.

No debate, promovido em conjunto pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Miranda afirmou que, além da extensa jornada de trabalho, os cortadores atuam quase sempre sem prote-

ção e sob a exposição intensa ao sol. As ferramentas utilizadas, disse, muitas vezes são inadequadas. Como exemplo, citou uma foice de cabo curto que leva o cortador a trabalhar com o corpo envergado e pode provocar problemas de coluna.

## Pressão por melhores condições de trabalho

Estima-se que ao menos 19 trabalhadores rurais morreram nos canaviais localizados no estado de São Paulo, desde 2004, por excesso de trabalho. Sob o impacto desses dados, as usinas vêm anunciando medidas para melhorar as condições de vida de seus empregados.

Para Alexandre Betinardi Strapasson, do Ministério da Agricultura, em vez de haver um posicionamento contra a produção de álcool – e, mais especificamente, de etanol –, é preciso oferecer condições mais dignas de trabalho para os cortadores de cana. Strapasson declarou que o

país vive “um novo período de glória da cana-de-açúcar” e pode tornar-se um líder internacional na área de energias renováveis. Também frisou que “o etanol gera emprego e renda”, além de ser um combustível com menor impacto sobre o meio ambiente.

– Não podemos culpar a cana, mas sim o processo como isso está sendo conduzido – argumentou ele, ressaltando que os cortadores de cana recebem um salário maior do que receberiam em outras atividades rurais.

O representante do Ministério da Agricultura também destacou que há no setor uma tendência de mecanização do processo de colheita, o que levará à eliminação dos empregos dos cortadores de cana. Segundo ele, estão previstas 77 novas unidades industriais até 2010, todas com colheita mecânica. Atualmente existem 350 unidades, algumas já mecanizadas, principalmente em São Paulo.



LEOPOLDO PERONI/FICKER

Corte da cana em São Paulo: acidentes e 19 mortes causadas pelo intenso esforço físico, ações repetitivas e postura inadequada



Procurador Miranda (E) mostrou a situação em canaviais em debate presidido por Paulo Paim (C)

## Paim: doença profissional mata mais do que guerras

A maioria das doenças e dos acidentes de trabalho resulta das condições inadequadas a que estão sujeitos os trabalhadores e da falta de fiscalização. A denúncia foi feita por especialistas, durante audiência da CDH e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência. De acordo com o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, morrem mais pessoas no mundo por doenças de trabalho do que por guerras.

– O Brasil ainda é destaque em acidentes de trabalho. A nossa idéia, com essa audiência, é elaborar projetos de lei que efetivamente garantam a defesa do trabalhador brasileiro – afirmou.

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Paulo Peixoto Albuquerque destacou que as doenças do trabalho são o resultado da “irresponsabilidade social do capital” e de determinadas condições do trabalho, que fazem com que o trabalhador tenha um comprometimento cada vez maior da sua saúde.

– Em muitos segmentos, os trabalhadores vivem para trabalhar, quando deveriam trabalhar para viver – afirmou o professor.

Segundo o técnico de Segurança do Trabalho no Paraná Dário Theobaldo Werlang, falta fiscalização adequada com relação às condições de trabalho exaustivas impostas nas indústrias.

Já o presidente da Fundacentro, Remígio Todeschini, falou sobre a jornada de trabalho nos canaviais. Os cortadores de cana, revelou, estão morrendo na lavoura, por problemas que vão da exaustão e do estresse até a desidratação.

## Debatedores divergem sobre realidade do campo

Para o representante da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Clovis Veloso de Queiroz Neto, as indústrias de cana-de-açúcar oferecem benefícios ao trabalhador e a legislação brasileira que regulamenta as normas de trabalho do setor rural é bastante rigorosa. Ele afirmou ainda que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) do segmento também é uma das mais atuantes e avançadas.

– Pode ser que a lei não esteja sendo cumprida, mas ela existe e é bastante rigorosa – frisou.

Já o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Valdíney Antônio de Arruda, destacou “a dura realidade desses profissionais”. Segundo o auditor, para fiscalizar adequadamente o setor, seriam necessários pelo menos 7 mil auditores fiscais do trabalho em todo o Brasil, mas há pouco mais de 3.100.

José Silvestre Prado de Oliveira, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), também alertou para as péssimas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, se comparadas com as das demais categorias profissionais. Ele informou que a maioria dos cortadores de cana recebe salários com base na produtividade, num valor médio de R\$ 2,57 por tonelada do produto cortado.

– São muitos movimentos repetidos que o trabalhador tem de fazer para ganhar 25 reais por dia [o equivalente a dez toneladas cortadas]. As mortes nos canaviais se dão principalmente por exaustão – declarou Oliveira.

## Senadores vão aos estados discutir trabalho escravo

O presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo – que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) –, senador José Nery (PSOL-PA), informou que os membros do colegiado pretendem fazer visitas a várias regiões do país. Os senadores irão conversar com trabalhadores, empresários e autoridades ligadas ao setor de fiscalização do trabalho para auxiliar a subcomissão na missão de erradicar o trabalho escravo e degradante no Brasil.

– Vamos visitar diversas ativida-

des que merecem a atenção da nossa subcomissão, para que possamos discutir a questão da gravidade e amplitude do problema – afirmou José Nery, ao se referir às condições degradantes de trabalho a que estão expostos os cortadores de cana e os trabalhadores do setor avícola, relatadas por representantes desses setores.

Durante a audiência conjunta realizada na semana passada, Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou aos especialistas em doenças e acidentes do trabalho, bem como aos representantes dos trabalhadores, que apontassem aos parlamentares as empresas que costumam expor seus funcionários a condições degradantes e exaustivas, para que pudessem ser visitadas.

Darci Pires da Rocha, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da

Alimentação do Rio Grande do Sul, elogiou a iniciativa dos parlamentares e destacou como outra importante contribuição do Congresso a aprovação de leis que coíbam esse tipo de prática.

Ao concordar com Darci Pires da Rocha, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que o agronegócio está se impondo no Brasil como um dos principais motores da economia, realidade

que está exigindo uma maior adaptação da legislação do trabalho.

José Nery também defendeu a aprovação, pela Câmara, da proposta (PEC 438/01)

que permite a expropriação da terra onde for descoberto o uso de trabalho escravo. No início de maio, Nery e Suplicy reuniram-se com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), para solicitar rapidez na apreciação da matéria.



José Nery anuncia visitas para verificação da existência de trabalho degradante

TRIBUTAÇÃO Redução do preço dos produtos é apontada como forma de combate a mercadorias falsificadas

## Senadores pedem menos tributos sobre CD e DVD

Senadores da Comissão de Educação (CE) propõem a redução da carga tributária sobre os DVDs e CDs como uma das principais medidas de combate à falsificação dos produtos. Na opinião dos parlamentares, que participaram de audiência sobre o tema na comissão, somente com a diminuição dos preços o consumidor deixará de comprar um produto pirateado para adquirir o original.

Flávio Arns (PT-PR) lembrou que os computadores também eram pirateados, mas a redução dos custos aproximou o preço do produto original ao do pirateado, e isso fez com que o consumidor deixasse de lado o mercado paralelo.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou a necessidade de compartilhamento de informações

entre os órgãos de repressão e também que sejam fabricados aparelhos de DVD que só leiam produtos originais. Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a adoção de medidas educativas.

O presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), compartilha a orientação de que a solução do problema está na educação.

Magno Malta (PR-ES) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que tem por objetivo transformar o CD e o DVD do artista brasileiro em produto cultural, a exemplo do que já ocorre com o livro e o jornal e, assim, isentar de tributo os dois bens de consumo. E Marisa Serrano (PSDB-MS) destacou o papel da CE na conscientização da sociedade em relação à gravidade do crime de pirataria.



DVD pirata de Piratas do Caribe - No Fim do Mundo: filme chegou aos cinemas em 25 de maio

# Pirataria rouba do país R\$ 30 bi de impostos

O Brasil perde cerca de R\$ 30 bilhões por ano em arrecadação de impostos por causa da pirataria e do contrabando, conforme dados do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco). Apenas com cigarro, as perdas são acima de R\$ 1,4 bilhão. No caso de softwares, mais de R\$ 1 bilhão, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes). Já a Associação Brasileira dos Produtores de Disco (ABPD) calcula que o prejuízo com CDs piratas chega a R\$ 500 milhões.

O total de mercadorias apreendidas pelas autoridades em 2006 foi de R\$ 872 milhões, com aumento de 46% em relação a 2005. Entre os produtos apreendidos estão brinquedos, cigarros, medicamentos, CDs, DVDs, produtos de informática, além de drogas, veículos, armas, roupas, calçados e acessórios.

Mas não pára por aí. Segundo o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, ligado ao Ministério da Justiça, vêm sendo vendidos

ilegalmente no Brasil até mesmo equipamentos médicos e cirúrgicos, remédios falsificados e produtos que causam danos à saúde.

O próximo passo do governo para ajudar a diminuir o problema deverá ser o envio ao Congresso de um projeto de lei que unifica os impostos cobrados pela importação de produtos do Paraguai. O regime de tributação unificada (RTU), cujo estudo está em fase adiantada, foi apresentado pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara.

### Governo propõe tributação única sobre produtos importados do Paraguai

O objetivo, segundo Rachid, é criar uma espécie de Simples para microimportadores brasileiros, os chamados sacoleiros, que adquirem produtos no país vizinho e hoje se encontram no mercado informal. Com isso, o governo espera reduzir o contrabando e a sonegação de impostos.

O RTU deverá unificar tributos e contribuições federais que incidem sobre a importação (impostos de Importação e de

Renda; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cofins; e PIS/Pasep). Em uma segunda fase, poderá ser celebrado convênio com o Paraná, onde fica a cidade de Foz do Iguaçu – que divide com Ciudad del Este a fronteira Brasil-Paraguai –, para incluir o ICMS no regime.

O imposto seria pago antecipadamente, no momento de despacho da mercadoria, na aduana que a Receita tem em Foz do Iguaçu. Rachid destacou esse fato como uma das vantagens do RTU, mas esclareceu que o regime não diminuirá a repressão ao contrabando.

Rachid pediu o apoio da indústria para a elaboração da lista dos produtos que poderão ser importados dentro das regras do RTU. Já está sendo elaborada a "lista negativa", com aqueles que não terão o benefício – como cigarros, bebidas, armas e medicamentos.

Mas a proposta recebeu críticas de representantes da indústria eletroeletrônica. O principal temor dos empresários é que o RTU prejudique o setor nacional que reúne os importadores legais de peças e produtos eletrônicos, sobretudo computadores e processadores.



Malta quer transformar CD e DVD em produtos culturais e, assim, isentá-los de impostos



Com a queda no preço dos computadores, o consumidor optou pelo original, diz Arns

## Final infeliz

Veja os números da pirataria de filmes no mundo

Os maiores estúdios norte-americanos perderam US\$ 6,1 bilhões em 2005 devido à pirataria.

80% do prejuízo foi causado pela pirataria realizada fora dos Estados Unidos.

62% das perdas se referem à cópia de produtos físicos como DVDs; o restante se refere à cópia de filmes pela internet.

As taxas mais altas de pirataria estão na China (90% do mercado),

Rússia (79%) e Tailândia (79%).

A indústria cinematográfica mundial - incluindo produtores, distribuidores, cinemas, lojas de vídeo e canais de TV sob demanda (pay-per-view) - perdeu US\$ 18,2 bilhões em 2005 em decorrência da pirataria.

A pirataria gerou perdas de US\$ 120 milhões em 2003 no Brasil, onde os filmes copiados ilegalmente representam 30% do mercado.

O pirata típico é homem e tem entre 16 e 24 anos. Quase a metade das perdas nos Estados Unidos é atribuída a estudantes universitários.

FONTE: Motion Picture Association

## Prejuízos afetam toda a sociedade

Especialistas em combate à pirataria explicaram em audiência na Comissão de Educação (CE) como a cópia ilegal de produtos como filmes, softwares e músicas prejudica a indústria e a própria população. Na opinião do presidente da Associação Brasileira de Produtores de Disco, Paulo Rosa Júnior, o que está prejudicando a evolução do mercado brasileiro de música é a combinação da pirataria física, por meio da venda de CDs por camelôs, com a oferta de composições gratuitas pela internet.

O problema da gravação de filmes diretamente das salas de

exibição dos cinemas, por meio de câmeras de vídeo, foi apontado pelo diretor antipirataria da Motion Pictures Association (MPA), Márcio Gonçalves, como um dos mais modernos e problemáticos atos de pirataria. Segundo ele, essa técnica permite que o filme seja distribuído via internet para todo o mundo, apenas 48 horas depois de copiado.

Na opinião do secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça, André Barcellos, é preciso convencer a sociedade das três razões principais do combate a esse tipo

de delito: a vinculação direta da pirataria com o crime organizado; as perdas pela queda no emprego e na arrecadação; e os riscos à saúde do consumidor, especialmente pela falsificação de remédios, material cirúrgico, brinquedos e óculos.

– Quem compra um medicamento desconhece que é produto falsificado – alertou Barcellos.

Já a diretora-executiva da União Brasileira de Vídeo, Tânia Lima, expôs o problema pela ótica das locadoras de filmes. Segundo ela, das 8 mil existentes em todo o Brasil, apenas 4.605 compraram DVDs nos últimos dois meses.

– Ou as locadoras não estão comprando novos filmes ou estão se abastecendo de produtos piratas – afirmou Tânia.

## Sangria digital

Veja os países que mais perderam dinheiro com a pirataria de softwares em 2005, devido à queda na receita das empresas de informática e na arrecadação de impostos

(em US\$ milhões)

1. Estados Unidos - 6.895
2. China - 3.884
3. França - 3.191
4. Alemanha - 1.920
5. Reino Unido - 1.802
6. Rússia - 1.625
7. Japão - 1.621
8. Itália - 1.564
9. Canadá - 779
10. Brasil - 766

Fonte: Business Software Alliance



CPI DO APAGÃO Em sua quarta reunião, comissão ouve, entre outros, militares, aeronautas e presidente da Anac

FOTOS: J. FREITAS



Delegado federal Renato Sayão Dias: se plano de voo tivesse sido seguido, não haveria colisão



Procurador-geral do MP junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado: Infraero está retendo taxas

## Comissão ouve mais seis depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo tem reunião marcada nesta segunda-feira, às 14h30, para ouvir os depoimentos do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito, e do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi.

Também deverão ser ouvidos o tenente-brigadeiro-do-ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, ex-diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo

(Decea); o diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Célio Eugênio de Abreu Júnior; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, e o procurador do Ministério Público do Trabalho, Fábio de Assis Fernandes.

A CPI já realizou três reuniões para investigar a situação do tráfego aéreo brasileiro e o acidente entre o Boeing da Gol e um jato Legacy, em setembro do ano passado. Foram ouvidos

controladores de voo, militares que investigam o acidente, presidentes de empresas aéreas, além de um representante do MP junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), disse, em entrevista, considerar o sargento Jomarcelo Fernandes dos Santos, controlador de voo do Cindacta I de Brasília, o principal operador responsável pela colisão do jato Legacy com o Boeing da Gol.

### “Pequenos erros levaram à tragédia”

O delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito que investigou o acidente aéreo de 29 de setembro de 2006, Renato Sayão Dias, apontou, em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, “condutas culposas” por parte dos pilotos do jato e também indicou falhas do controle de tráfego aéreo nacional.

O inquérito, encerrado em 7 de maio, concluiu por uma divisão de responsabilidades entre controladores e pilotos americanos. “Pequenos erros que levaram à tragédia”, resumiu Sayão.

De acordo com o delegado, o plano de voo do Legacy estava certo e, se tivesse sido seguido, não haveria acidente. O plano previa que o Legacy mantivesse a altitude de 37 mil pés até Brasília; 36 mil pés até um ponto central e, depois, subida para 38 mil pés.

### Demostenes: responsabilidade é dos pilotos e controladores

Para Demostenes Torres (DEM-GO), a responsabilidade, “ainda que não proposital”, pelo desastre aéreo que matou 154 pessoas é tanto de controladores de voo brasileiros como dos pilotos norte-americanos do Legacy.

Relator da CPI, o senador disse que, por parte dos controladores, “houve falhas gritantes, em pelo menos três momentos, que contribuíram muito para que o acidente acontecesse”: quando um controlador de São José dos Campos informou ao Legacy um

Segundo disse Sayão, o controlador de Brasília que fez a primeira autorização de voo (repassada aos pilotos Joseph Lepore e Jan Paladino por um controlador de São José dos Campos) não observou as normas de voo porque, como explicou, deveria ter indicado as mudanças de altitude ao longo do trajeto. Porém, limitou-se a dizer que a altitude seria de 37 mil pés.

O delegado destacou que os pilotos americanos também não apresentaram dúvidas quanto às informações passadas pelo controle.

– Pode-se até imputar uma culpa mais leve aos pilotos porque

são americanos, mas deveriam questionar ao controlador essa informação. O piloto tem que estudar o plano de voo, as rotas, as altitudes. Se tivessem feito isso, teriam evitado o acidente – afirmou.

Mais uma situação determinante para o choque entre os aviões foi o fato de o transponder e o TCAS (equipamentos anticolidão) do Legacy terem ficado desligados por cerca de 50 minutos. Sayão lembrou que aeronaves que viajam em grandes altitudes voam a distâncias muito pequenas umas das outras (apenas 300 metros), e por isso só podem voar com esses equipamentos ligados.



Demostenes disse ter convicção formada de que houve falhas humanas, ainda que descarte dolo por parte dos controladores

plano de voo “equivocado” (o jato não recebeu a informação de que deveria mudar de altitude em determinados trechos); quando esse avião não foi avisado, ao passar por Brasília, de que estava na altitude errada; e quando, ao perderem contato por radar com o Legacy, os controladores da capital não tentaram se comunicar com Manaus, para solicitar o monitoramento do jato.

Quanto aos pilotos do Legacy, Demostenes disse que eles desligaram o transponder, “ainda que involuntariamente”, o que impediu a comunicação com os controladores.

– Tenho a convicção formada de que houve falhas humanas – afirmou. “A culpa está estabelecida”, mesmo não tendo havido dolo por parte dos controladores.

## TCU vê irregularidades nos repasses da Infraero

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo do Senado, o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, apresentou resultado de auditoria realizada pelo TCU na Infraero após o acidente entre o jato Legacy e o Boeing da Gol. A investigação, que durou duas semanas, apontou irregularidades no repasse de recursos da Infraero para o Comando da Aeronáutica.

Lucas Furtado informou que três novas auditorias estão sendo realizadas pela Infraero, incluindo investigações sobre a confiabilidade dos sistemas de controle de voo.

O procurador explicou que a Infraero recolhe taxas aeroportuárias e retém 8% do total. O restante dos recursos

deveria ser dividido com o Comando da Aeronáutica, mas há um “teto” de R\$ 90 milhões para o montante que deve ficar com a Infraero. De acordo com o técnico do TCU, esse teto não vem sendo respeitado, o que gerou perdas de mais de R\$ 500 milhões para o Comando da Aeronáutica entre 2000 e 2005. Tanto a modernização quanto a manutenção do controle de voo são feitas com esse dinheiro, mas a Aeronáutica, segundo Lucas Furtado, “nunca se preocupou em saber onde estavam esses recursos”.

O procurador também garantiu que não houve contingenciamento de recursos orçamentários para o Comando da Aeronáutica nos últimos anos. O corte orçamentário teria acontecido apenas em 2005.

## Coronel-aviador diz que equipamentos não falharam

Ouvindo pela CPI na semana passada, o presidente da Comissão de Investigação do Acidente Aeronáutico do Voo Gol 1907, coronel-aviador Rufino Antônio da Silva Ferreira, afirmou que não foram encontrados indícios de falhas nos equipamentos de controle do voo nem nos equipamentos dos aviões envolvidos na colisão.

O coronel-aviador destacou que o objetivo do inquérito realizado pela Aeronáutica é levantar todos os fatores que contribuíram para a colisão, a fim de gerar recomendações de segurança que evitem outros acidentes. Segundo o depoimento, durante as investigações não foram encontradas indicações de deficiência ou ineficiência nos equipamentos de cobertura de radar.

Rufino Ferreira, que trabalha

há dez anos na prevenção de acidentes aeronáuticos, afirmou que o país sempre teve a qualidade de seu controle de tráfego aéreo reconhecida pela comunidade internacional e garantiu que é seguro voar no Brasil.

Destacou também que a comissão de investigação já terminou as análises dos equipamentos do Legacy e concluiu que o sistema de transponder (equipamento que evita colisões) do jato não apresentava “erro de projeto ou integração”. Isso, informou ainda, eliminou a hipótese de falha mecânica do equipamento, cujo desligamento foi apontado como um dos responsáveis pelo acidente. O coronel lembrou, no entanto, que o acidente decorreu de uma série de situações alinhadas e não de apenas um erro.

## Remanejar vôos e investir em obras são as soluções

O comandante do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta 1), coronel-aviador Eduardo dos Santos Raulino, defendeu o remanejamento de vôos em horários de pico e a construção de pelo menos mais um aeroporto em São Paulo como medidas mais importantes para solucionar a crise aérea no país.

– Há necessidade de utilizarmos mais aeroportos em São Paulo. Além disso, o número de vôos nos horários de pico teria que ser diluído durante o dia. Hoje as aeronaves estão com tempo de solo muito reduzido. Caso ocorra um pequeno atraso, a aeronave vai entrar no horário de voo de outra – disse, em depoimento à CPI.

Raulino não considerou excessiva a carga de trabalho dos

controladores de voo, alegada pelos líderes da categoria. Ele atribuiu a grande evasão no setor à existência de escalas de trabalho que permitem aos controladores fazer cursos paralelos e com isso obter empregos mais bem remunerados.

Já o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, defendeu investimentos na melhoria e manutenção da infra-estrutura do setor aéreo. Para resolver o congestionamento de aeronaves e atrasos de vôos em São Paulo, Bologna sugeriu a construção urgente de uma terceira pista no Aeroporto de Guarulhos, a melhoria da ligação viária para o Aeroporto de Viracopos, em Campinas, e a liberação de áreas embargadas pelo Judiciário das companhias aéreas Vasp, Transbrasil e Varig.

INVESTIGAÇÕES Corregedor do Senado, Romeu Tuma, recebe documentos de Renan; Conselho de Ética é instalado

# Representação contra Renan é encaminhada ao conselho

Ao presidir a sessão plenária na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou que despachou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a representação do PSOL que solicita a abertura de processo de investigação para apurar as denúncias da imprensa de que ele, Renan, receberia recursos de empreiteiras.

Pouco antes, o senador Sibá Machado (PT-AC), novo presidente do conselho, informou ter remetido a representação do PSOL, protocolada na Corregedoria, à Mesa, para obedecer aos trâmites regimentais. Nesse momento, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) demonstrou estranhamento com o envio da representação à Mesa e voltou a sugerir que o mais apropriado seria que o presidente do Senado se licenciasse durante todo o andamento das investigações.

– O erro da representação do PSOL, do ponto de vista processual, era perfeitamente reparável. Ao mandar para o

Conselho de Ética, com a prontidão com que eu o fiz, demonstro sobejamente minha isenção e a total confiança na verdade e na decisão que a Casa e o Conselho de Ética tomarão – afirmou Renan.

Os senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT) e Ideli Salvatti (PT-SC) cumprimentaram Renan pela decisão.

– Vamos fazer tudo conforme o rigor do regimento – disse a líder do PT.

O presidente do Senado se disse absolutamente tranqüilo em relação às acusações de que teria recebido ajuda de um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagar pensão a Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

– Sinto-me absolutamente tranqüilo. A verdade está do meu lado. Expliquei o que precisava ser explicado. O que precisar de prova a ser mostrada, vamos mostrar. O importante é demonstrar a verdade – declarou Renan.

## Senador reafirma inocência e lamenta exposição pessoal

“Talvez seja um bom momento para a gente ver quem é que no Brasil tem relações promíscuas, quais os setores que têm relações promíscuas com o poder público.” A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao chegar ao Congresso na quinta-feira passada, ao ser cercado por jornalistas que indagavam sobre as acusações de que o lobista Cláudio Gontijo, da Mendes Júnior, pagava a pensão à filha que Renan tem com a jornalista Mônica Veloso.

– Eu sou o presidente do Senado Federal. Se eu quisesse misturar o público com o privado, eu teria misturado. Eu tive que me submeter a uma provação, tive que expor a minha vida familiar, pedir penitência à nação e ao Senado e comprovar que o que disseram era um equívoco – declarou, lembrando que teve que abrir a sua vida pessoal, falar da sua intimidade, e afirmar que assumiu a paternidade numa ação de alimentos, e que assistiu a gestante e sua filha.

Na segunda-feira passada, em Plenário, Renan Calheiros mostrou documentos que comprovariam o pagamento de ajuda e pensão à filha e se disse vítima de um “pseudo-escândalo”.

Declarou-se indignado por ver sua vida privada exposta e destacou ser amigo de 20 anos de Cláudio Gontijo, que é funcionário da empreiteira Mendes Júnior.

Renan salientou que pediu a ele que fizesse a “interlocução entre as partes, uma vez que também tinha amizade com a mãe da criança”. O senador garantiu não ter nenhuma relação com a empreiteira.

– Essa ilação não indica nenhuma conduta minha que implicasse em benefício, apoio ou qualquer outra forma de favorecimento – afirmou.

Renan Calheiros apresentou cópias de extratos bancários e de seu Imposto de Renda para provar que usou dinheiro próprio nos pagamentos. Disse que viveu “um calvário” por causa dessa paternidade e agradeceu à sua mulher, Verônica, que assistiu o discurso no Plenário.

– Os recursos estão todos declarados em meu Imposto de Renda, bem como a própria pensão alimentícia – frisou.

O senador declarou que prestou assistência à gestante antes de fevereiro de 2006 – em torno de R\$ 8 mil – até o reconhecimento da paternidade. E afirmou ter pago, com seus próprios recursos, o aluguel de uma casa para a gestante entre 15 de março de 2004 e 14 de março de 2005. Posteriormente, arcou ainda com o aluguel de um apartamento, entre março e novembro de 2005.

Após defender-se, Renan suspendeu a sessão e foi cumprimentado pelos colegas.



Assediado por jornalistas durante toda a semana, Renan garante que não usou recursos de terceiros

## Sibá é presidente do Conselho de Ética

Os senadores Sibá Machado e Adelmir Santana (DEM-DF) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para o biênio 2007/2008. Ao assumir o cargo, Sibá prometeu que na próxima reunião do colegiado, quarta-feira, vai se pronunciar sobre a representação do PSOL, que pede a investigação das denúncias publicadas pela revista Veja contra o presidente do Senado,

Renan Calheiros.

A revista publicou matéria com a acusação de que Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, teria pagado despesas pessoais do senador. Segundo a publicação, o presidente do Senado teria feito pagamentos mensais, em dinheiro, no valor de R\$ 16.500 a Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

Sibá disse que vai analisar, juntamente com o corregedor

do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), a defesa apresentada por Renan, no pronunciamento em Plenário, em que o presidente alega que os pagamentos foram feitos com recursos próprios, devidamente comprovados em extratos bancários e declarações do Imposto de Renda.

Demostenes Torres (DEM-GO) reclamou do corregedor da Casa, que afirmou já estar analisando os documentos.

– Encaminhe ao conselho, pois à Corregedoria cabe investigar fatos ocorridos no âmbito do Senado e não externos à instituição – explicou Demostenes.

De acordo com o senador, não está prevista no Regimento Interno da Casa a hipótese de afastamento do presidente do Senado caso ele seja investigado pelo Conselho de Ética.

O PSOL protocolou a representação na secretaria do Conselho de Ética, quando deveria tê-lo feito junto à Secretaria Geral da Mesa. De lá, foi remetida oficialmente ao Conselho de Ética.



Sibá Machado anuncia que nesta quarta Conselho de Ética deve se pronunciar sobre representação do PSOL contra Renan

## Advogado entrega documentos a corregedor

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), recebeu de Eduardo Ferrão, advogado do presidente do Senado, Renan Calheiros, documentos que buscam demonstrar que seu cliente tinha meios próprios para pagar as despesas de sua filha com Mônica Veloso. Entre os documentos estão recibos de dois cheques de R\$ 50 mil, datados de maio e de junho de 2006, assinados por Mônica Veloso e pelo advogado dela, Pedro Calmon Filho.

Tuma disse que, nesta fase preliminar, ainda não é possível afirmar se Renan é inocente. O corregedor negou afirmações de que iria apresentar relatório pelo arquivamento do caso.

O senador não afastou a hipótese de a Corregedoria ouvir o funcionário da construtora Mendes Júnior Cláudio Gontijo, que, segundo Pedro Calmon, fazia pagamentos em dinheiro vivo à jornalista em nome de Renan. Tuma deixou claro que deseja ouvir a mãe da filha de Renan.

– Estou preparando um relatório preliminar do caso, a ser

apresentado ao Conselho de Ética em data a ser marcada – disse Tuma, que admitiu ainda a possibilidade de pedir a quebra do sigilo do processo que tramita na Vara de Família.

Conforme Eduardo Ferrão, as cópias de extratos bancários e das declarações do Imposto de Renda de Renan, a partir de 2004, fazem parte de processo que corre na Vara de Família, em segredo de Justiça, mas foram entregues à Corregedoria como comprovantes das

afirmações feitas por Renan em Plenário.

– Todas as afirmações feitas pelo senador de que suas despesas têm origem em recursos próprios e de fonte definida são verdadeiras. Ali estão comprovados os depósitos, fonte de recursos e também saques em dinheiro na conta do senador de 2004 a 2006 – assinalou Ferrão.

Tuma salientou que vai se pronunciar sobre o assunto na reunião do Conselho de Ética desta quarta-feira.



Corregedor do Senado, Romeu Tuma admite ouvir Mônica Veloso e Cláudio Gontijo antes de apresentar relatório preliminar

SAÚDE Causador de dezenas de milhares de mortes por ano, consumo abusivo será alvo de campanha federal

# Brasil decide enfrentar drama do álcool

Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) atribuiu 3,2% de todas as mortes ocorridas no planeta (cerca de 1,8 milhão de óbitos anuais) ao abuso no consumo do álcool. Metade das mortes tem como causa doenças; a outra metade, vítimas de violência nas casas, nos bares e, principalmente, nas ruas e estradas, onde, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, 61% dos motoristas envolvidos em acidentes haviam antes ingerido bebidas alcoólicas. Quando se sabe que o trânsito mata 35 mil

.....  
 Todas essas estatísticas convenceram o governo federal a enfrentar o problema, que se arrasta há décadas. Na semana passada, foi anunciado um pacote de medidas para reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida dos brasileiros e combater situações de violência associadas ao uso abusivo de bebidas alcoólicas. A Política Nacional sobre o Álcool, fruto de uma parceria entre os ministérios da Saúde, Justiça, Educação e Cidades, além do Conselho Nacional Antidrogas, pretende focar também a associação entre o uso do álcool e acidentes de trânsito.

Uma das medidas previstas no pacote, por exemplo, reduz a graduação alcoólica usada como base para impor restrição de propaganda, o que incluiria bebidas hoje liberadas, como a cerveja. O tema já vem sendo debatido pelo Senado. Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), a propaganda na

televisão, no rádio e no cinema deveria ser vedada. Projeto de lei de sua autoria (PLS 86/06) também modifica a definição de bebida alcoólica (a legislação em vigor só trata de bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus Gay-Lussac) e proíbe o produtor de patrocinar eventos.

Em proposta semelhante (PLS 370/05), da ex-senadora Heloísa Helena, a propaganda de bebidas, tabaco e medicamentos só poderá ser feita por meio de pôsteres, painéis e cartazes na parte interna dos locais de venda. Redefinir as advertências sobre o

consumo de álcool é a preocupação do PLS 352/04, do ex-senador Maguito Vilela, e do PLS 182/03, de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

.....  
 Magno Malta (PR-ES) também acredita que os consumidores devem ser informados sobre os riscos à saúde. Ele é autor do PLS 151/07, que torna obrigatória a inclusão de mensagens de advertência nas embalagens e nos rótulos. O PLS 165/03, de Gerson Camata (PMDB-ES), contém a mesma regra, além de considerar criminoso quem servir bebidas alcoólicas a menores de 21 anos, a pessoas claramente embriagadas, a alguém que "sofra das faculdades mentais" ou aos que estiverem judicialmente proibidos de frequentar locais onde se consomem tais bebidas.

Crivella também é autor do PLS 148/03, que proíbe a venda de bebidas para consumo imediato em postos de gasolina. É a mesma preocupação do projeto do ex-senador Valmir Campelo (PLS 8/96), hoje ministro do Tribunal de Contas da União.

## Vários projetos no Senado já sugerem restrições à propaganda



ANA VOLPE

Proposta do governo deverá impor à propaganda de cerveja restrição semelhante à de cachaça

## Tião Viana e Augusto Botelho cobram medidas

Há duas semanas, em Plenário, o senador Tião Viana (PT-AC) citou dados que mostravam que houve uma "queda substancial" em acidentes de trânsito e violência nos países que limitaram a publicidade de bebidas alcoólicas. Na ocasião, o parlamentar informou que, de cada cem vítimas que chegam aos institutos médicos legais do país para exame cadavérico, 95 têm álcool no sangue. Além disso, segundo ele, mais de 50% dos assaltos e assassinatos são motivados pelo uso do álcool.

O tema também foi abordado em discurso por Augusto Botelho (PT-RR), que exigiu penas mais severas para quem dirige embriagado. Segundo o senador, faltam equipamentos tecnológicos mais sofisticados nas mãos da polícia para o cumprimento da lei, como bafômetros e outros. Além disso, frisou o parlamentar, programas integrados entre o Estado e a iniciativa privada e campanhas educativas intensas deveriam ser implementados para a redução do problema, que atinge principalmente jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos.

## CAE rejeita isenção de imposto para cachaça

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou, na semana passada, projeto (PLS 448/03) do senador Efraim Moraes (DEM-PB) que isentava do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a cachaça – aguardente produzida a partir da cana-de-açúcar. A isenção, para Efraim, criaria melhores condições para aumentar a qualidade do produto e abrir as portas de mercados externos. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foi favorável ao projeto por entender que a isenção traria crescimento das vendas e redução dos custos de produção, gerando aumento do emprego e da utilização da capacidade instalada do setor produtivo.

Mas o voto em separado apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), pela rejeição da proposta, sensibilizou os membros da CAE.

Segundo ela, o benefício elevaria o consumo da cachaça no país, gerando mais problemas de saúde para a população e aumentando a probabilidade de acidentes.

## Medidas da Política Nacional sobre o Álcool

- » Incentivar a regulamentação, o monitoramento e a fiscalização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis ao consumo de álcool, como os jovens.
- » Estimular e fomentar ações que restrinjam os pontos de venda e consumo de bebidas alcoólicas, observando os contextos de maior vulnerabilidade às situações de violência e danos sociais.
- » Fortalecer a fiscalização das medidas previstas em lei que visam coibir a associação entre o consumo de álcool e o ato de dirigir.
- » Ampliar e fortalecer as redes locais de atenção integral às pessoas que apresentam problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- » Promover ações de comunicação, educação e informação relativas às consequências do uso do álcool.
- » Incentivar a venda de bebidas alcoólicas em locais específicos e isolados das distribuidoras, supermercados e atacadistas.
- » Privilegiar as iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas nos ambientes de trabalho.
- » Fomentar o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas científicas relacionadas aos danos sociais e à saúde decorrentes do consumo de álcool e a interação das instituições de ensino e pesquisa com serviços sociais, de saúde e de segurança pública.

Fonte: Ministério da Saúde



## Álcool no trânsito

61% das vítimas no trânsito haviam ingerido álcool antes do acidente

Fonte: Pesquisa de 2006 da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet) em Curitiba, Brasília, Salvador e Recife

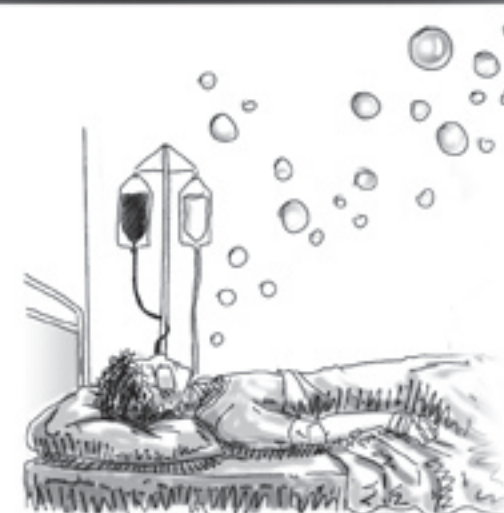
## Consumo precoce

Entre as pessoas com idades entre 12 e 65 anos:

12,3% apresentam risco de dependência do álcool

75% já beberam alguma vez na vida

Fonte: II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil de 2005; Cebrid/Unifesp



## O custo público

Entre 2002 e 2006 (até junho) foram gastos

R\$ 36,8 milhões com tratamento de dependentes de álcool e outras drogas em unidades extra-hospitalares e

R\$ 4,3 milhões em procedimentos hospitalares de internações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.

Excluem-se desses valores os gastos com doenças e agravos à saúde decorrentes do consumo e da dependência de álcool e drogas.

Fonte: Ministério da Saúde

ECONOMIA Senado busca solução para dívidas de estados e municípios com precatórios, calculadas em R\$ 120 bi

## Rachid: Supersimples sai do papel em julho

O Supersimples, regime especial de tributação para as micro e pequenas empresas aprovado pelo Congresso em novembro de 2006, estará implantado nos primeiros dias de julho. A garantia foi dada pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, durante encontro de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para cumprir o prazo previsto na lei, o órgão prepara os sistemas eletrônicos para viabilizar o regime simplificado. Com o Supersimples, as micro e pequenas empresas vão recolher, por meio de um único documento e alíquota seis tributos da União, dos estados e dos municípios.

Pela lei, microempresas são aquelas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240 mil. Empresas de pequeno porte são as que têm receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e inferior a R\$ 2,4 milhões. As alíquotas dependem do segmento de atuação, variando entre 4,5% até 18%.

Rachid não vê risco de micro

e pequenas empresas pagarem mais impostos. Para ele, a opção é vantajosa para aquelas enquadradas nas faixas iniciais de alíquotas. A exceção, disse, é se registrarem prejuízo, caso em que será melhor recolher com base no lucro real. Em outras situações, o contribuinte deve examinar as vantagens.

Antes de reduzir a carga tributária, o secretário entende que é preciso discutir a redução dos gastos públicos, "senão o governo vai tomar dinheiro emprestado ou emitir moeda". Segundo ele, as receitas estão crescendo sem aumento na tributação.

Rachid apresentou aspectos do futuro regime tributário diferenciado para pequenos comerciantes que se abastecem com produtos paraguaios em Foz do Iguaçu (PR). Os "sacoleiros" teriam que registrar empresa e comprar por meio de fatura eletrônica. Com alíquotas menores, as compras teriam uma cota máxima, restrita à lista "positiva" de mercadorias da Receita.

Rachid concordou com o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, sobre a redução do crédito presumido aplicado nas operações com produtos de origem animal, de 60%, que compensa os produtores pessoa física na compra de insumos. Por conta desse crédito, explicou o senador, os grandes frigoríficos (que se beneficiam na ponta com a desoneração), ao redirecionarem para o mercado interno suas vendas, estão "arrebentando" os pequenos frigoríficos.



Microempresas poderão optar pelo sistema que considerarem vantajoso

## Secretário defende manutenção da CPMF

Jorge Rachid defendeu a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por entender que suas vantagens superam possíveis distorções provocadas na economia. Para ele, o tributo é de fácil cobrança e permite a taxação de setores na informalidade.

– A pior distorção é a concorrência desleal do sonegador sobre o contribuinte que quer funcionar em dia com suas obrigações – comentou.

A CPMF – que deve gerar receita superior a R\$ 35 bilhões em 2007 – expira em dezembro. A proposta que o governo enviou ao Congresso para renovar o tributo está na Câmara dos Deputados. A ideia é votar a matéria até setembro, pois ainda há dúvida se o tributo precisa cumprir prazo de

90 dias entre a aprovação e a cobrança, o que poderia deixar o governo sem poder arrecadar no início de 2007.

Os governadores querem que 20% da arrecadação sejam para a área da saúde; os municípios, 10%. Para isso, Rachid estima que seria necessário dobrar a arrecadação. O fim da CPMF só poderia acontecer depois de revisão das despesas dos governos.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordaram com Rachid. Para manter a CPMF, Jefferson sugeriu a eliminação de outros seis tributos.

Até abril, a CPMF gerou R\$ 11,52 bilhões, 11% acima do mesmo período de 2006. Isso representa 6,1% do total arrecadado pelo governo.



Raupp (E, no topo) reúne-se com representantes da OAB para discutir emenda constitucional

# Precatório pode ter acordo esta semana

O esperado acordo sobre a proposta de emenda à Constituição que define um regime especial para o pagamento de precatórios estaduais e municipais (PEC 12/06) pode ser fechado esta semana. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) deve se reunir nesta segunda-feira, às 15h, com representantes dos estados, advogados e magistrados para discutir a PEC, idealizada pela equipe do ex-ministro do STF, Nelson Jobim, foi apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Vou mediar as posições para finalizar o substitutivo que devo apresentar à Comissão de Constituição e Justiça após o feriado de Corpus Christi – planeja Raupp.

De um lado, o senador terá os secretários de Fazenda dos estados com maior arrecadação, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e dos que enfrentam maiores dificuldades financeiras, como Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Do outro, estarão representantes de entidades que se opõem à PEC original, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional

Os precatórios são ordens de pagamento assinadas por presidentes de tribunal em função de sentenças definitivas contra a Fazenda Pública (União, estados, Distrito Federal e municípios, administração direta e indireta). Podem ser de dois tipos: créditos de natureza alimentícia (salários e questões previdenciárias de servidores públicos, indenizações de pessoas físicas, por danos físicos e morais, por exemplo) e não-alimentícia (danos patrimoniais, como desapropriações, indenizações contratuais).

dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O relator e líder do PMDB disse que está aberto ao entendimento. Mas sabe que não será uma tarefa fácil. Embora Raupp já esteja na quinta versão do seu parecer, a nova redação não obteve o apoio da OAB e de outras entidades na quarta-feira. A OAB insiste em obter uma alternativa ao mecanismo de leilão dos recursos que os estados e os municípios reservariam para pagar precatórios. A PEC 12/06 estabelece que o credor que aceitar o maior desconto no que lhe é devido pela União, estados e municípios recebe primeiro.

Raupp propôs que 50% do total dos recursos, em vez dos 70% do texto original, sejam destinados aos leilões. A OAB sugere, no lugar dos leilões, conciliações realizadas nos tribunais, o que já ocorre em alguns casos.

Pela proposta dos advogados, 40% dos recursos reservados para saldar as dívidas seriam direcionados para as conciliações. Outros 40% iriam para o pagamento de precatórios alimentícios, cumprindo a ordem cronológica de apresentação, em substituição aos 25% propostos por Raupp. A OAB propõe que os 20% restantes, no lugar dos 25% previstos pelo relator, sejam para os precatórios comuns que não forem quitados na conciliação nos tribunais.

Os assessores de Raupp acham que o leilão seria um mecanismo mais transparente, com igualdade entre os participantes. A OAB quer que o regime especial só seja aplicado para precatórios vencidos até o final de 2006.

Os secretários de Fazenda defendem o leilão, como forma de diminuir o peso desse endividamento e agilizar a quitação dos precatórios.

## OAB quer mais recursos para quitar compromissos

Embora o mecanismo dos leilões seja apontado como principal ponto de discordância entre a OAB e os representantes de estados e municípios, outros aspectos da PEC, que pretende solucionar a monumental dívida acumulada com precatórios vencidos – cerca de R\$ 120 bilhões –, prometem gerar polêmica.

Na reunião com Raupp, a OAB defendeu que os estados reservem 5% das despesas primárias líquidas do exercício anterior para pagar precatórios, e os municípios, 3,5%. O relator propõe percentual menor, negociado com líderes do DEM e do PSDB. Os estados comprometeriam 2,5% e os municípios, 1,5% das suas receitas correntes líquidas, mesmo conceito usado nos contratos de refinanciamento das

dívidas estaduais com a União.

A novidade proposta pela OAB foi o dispositivo legal que envolve a União no esforço de estados e municípios para pagar precatórios vencidos. Os entes poderiam deduzir dos juros da dívida com o Tesouro Nacional os valores utilizados para quitar precatórios. Apesar de ser uma renúncia fiscal difícil de ser aceita pelo Ministério da Fazenda, Raupp prometeu estudar a medida, já que o governo vem examinando alternativas para aliviar o endividamento dos estados.

Alguns representantes de bancos já sinalizaram tanto a representantes da OAB quanto a assessores técnicos de Raupp que gostariam de participar dos leilões de precatórios. Para

tanto, a sugestão é de que seja criado um fundo lastreado na dívida ativa dos estados e dos municípios. Os bancos comprariam os precatórios nos leilões com deságio que permitisse cobrir o custo de captação no exterior, reforçando os recursos colocados para pagamento à vista dessas dívidas. A operação poderia gerar um novo título com garantia de pagamento dos tesouros estaduais e municipais no prazo definido.

O relator já fez mudanças significativas na PEC e pretende assegurar o pagamento dos precatórios a idosos e portadores de doenças graves. Segundo a OAB, as ações geralmente demoram dez anos para transitar em julgado e mais dez anos para serem liquidadas.

## PLENÁRIO

# Senadores repudiam declaração de Chávez

Os senadores reagiram na sexta-feira a recentes declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre o Congresso brasileiro. Chávez havia dito que o Parlamento age como “papagaio” do Congresso norte-americano, depois que o Senado enviou mensagem pedindo que ele revisse sua decisão de não renovar a concessão pública do canal de televisão RCTV. A mensagem, aprovada em Plenário, foi uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores, por meio de requerimento do senador Eduardo Azeredo.

As críticas do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, contra o Senado brasileiro em razão de mensagem enviada pela Casa apelando para que ele revisse sua decisão de não renovar a concessão pública do canal televisivo RCTV foram respondidas na sexta-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Um chefe de Estado que não sabe conviver com uma manifestação democrática como foi a do Senado é porque provavelmente está na contramão da democracia – assinalou Renan.

Ele observou, contudo, que não responderá oficialmente às críticas de Chávez, para quem “o Congresso brasileiro repete como um papagaio o que diz o Congresso americano em relação à situação venezuelana”.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) também criticou o presidente Hugo Chávez, afirmando que ele foi infeliz ao fazer comentários sobre o Congresso brasileiro.

– Lamento as palavras do presidente Chávez sobre o Congresso. Ele precisa entender que os países e os legislativos são independentes. O Senado brasileiro tem o direito e o dever de zelar pela América do Sul. Não se trata de questões internas da Venezuela, mas do clima de democracia na América do Sul – afirmou, ressaltando que, apesar de líder, não falava pelo governo, mas como senador.

Pedro Simon (PMDB-RS) observou que a independência do Poder Legislativo com relação



Para Jucá, o Senado tem o direito e o dever de zelar pela América do Sul

ao Planalto é relativa, pois o primeiro sofre muita interferência do segundo. Observou, no entanto, que o Parlamento brasileiro é independente no sentido dado por Jucá, mas com certa submissão ao presidente da República.

## Valter Pereira: Congresso brasileiro foi agredido

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) disse na sexta-feira que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, agrediu o Congresso brasileiro ao dizer que este age como um papagaio ao alinhar-se ao Congresso norte-americano e manifestar-se contra o cancelamento da concessão de operação para o canal de televisão RCTV. Ele propôs uma moção de repúdio contra a declaração de Chávez.

– O que ele mostra é o traço típico de todos os ditadores. Todos eles são intolerantes contra qualquer manifestação contrária – declarou.

Valter Pereira afirmou que o Congresso brasileiro toma posição em defesa da liberdade de imprensa, tão cara para o Brasil e a Venezuela.

– Estamos cuidando dos nossos interesses, que têm na democracia um dos seus maiores patrimônios – frisou.

Em aparte, o senador José Nery (PSOL-PA) afirmou que não se conhece bem no Brasil a situação interna da Venezuela para que se possam fazer julgamentos sobre decisões do governo daquele país.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou as críticas feitas pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes (DEM-PI), a Hugo Chávez.

– Nós acompanhamos com apreensão esse descalabro, esse atentado contra a democracia – comentou.



Segundo Valter Pereira, Hugo Chávez mostra o traço de intolerância dos ditadores

Gilvam declarou que “fechar órgãos de imprensa é o primeiro sinal do ataque brutal contra a democracia”, e que Hugo Chávez “está na contramão da história, implementando uma política altamente populista, de manipulação, autoritária”.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI), na presidência dos trabalhos na sexta-feira, associou-se ao repúdio de seus pares contra as declarações de Chávez. Ele lembrou os vários protestos feitos por senadores quando o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou a decisão do governo daquele país de invadir o Iraque.

– A maioria dos senadores, em seus discursos, manifestou-se contra o poderoso presidente Bush, quando este decidiu invadir o Iraque. Isso traduz a independência do nosso país, simbolizada pela independência do Parlamento nacional – destacou Mão Santa.

## Heráclito se diz surpreendido com afirmações

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), protestou na sexta-feira contra as afirmações feitas pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Heráclito disse ter sido surpreendido pelas declarações de Chávez, pois a mensagem do Senado, de iniciativa da CRE, “longe de ser agressiva ou ofensiva”, foi apenas um apelo para que o presidente do país vizinho compreendesse a importância da manutenção da liberdade de imprensa no continente.

## Chávez é um inconseqüente, afirma Agripino

A propósito das declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre o Congresso brasileiro, o líder do DEM, senador José Agripino (RN), afirmou em nota distribuída pelo seu gabinete que o presidente venezuelano é um “inconseqüente verbal”. Continua a nota: “Está claro que ele não aceita crítica e reage com a inabilidade dos truculentos. Fique ele certo de que o mundo democrático continuará a vigiá-lo”.

## Para Cristovam, políticos devem lutar por uma causa

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou o fato de o Congresso estar vivendo um momento bastante negativo em relação a sua avaliação pela opinião pública. Segundo ele, o Poder Legislativo tornou-se o Poder menor da República, “imprensado” entre as medidas provisórias do Executivo e as limitações do Judiciário.

– Precisamos identificar, com urgência, uma bandeira para desfraldar. Eu proponho um trabalho direcionado para assegurar que todos os brasileiros tenham direito à mesma oportunidade na vida – destacou o senador, ao dizer que isso será possível por meio da educação.

Para Cristovam, a falta de causas está sendo a tônica do trabalho do Senado, onde não

está havendo debate de idéias. Conforme o senador, o bloco partidário ao qual ele pertence (PDT, PSB, PSOL e PCdoB) está escolhendo, neste momento, a causa que vai abraçar, debatendo com seus integrantes para identificar “a chama da qual deseja cuidar”. Ele disse que o bloco não quer fazer como o PSDB, “que está sem causa, debatendo apenas o nome do próximo candidato à Presidência”.

Cristovam repudiou, ainda, a decisão do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de fechar a RCTV, a emissora de TV mais popular do país.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) também disse que a bandeira dos políticos deve ser a educação, e mencionou o exemplo dado pelo Chile.

## Nery anuncia plebiscito para anular venda da Vale

José Nery (PSOL-PA) quer que seja “recolocado na pauta de debates” o processo de privatização da empresa Vale do Rio Doce, vendida em 1997 por US\$ 3,38 bilhões para grupos privados, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o senador, esse valor hoje representa o lucro trimestral da empresa. Nery afirmou que organizações populares estão preparando um plebiscito nacional sobre a anulação da privatização da Vale do Rio Doce, a ser realizado em setembro.

A empresa, destacou, foi criada há 65 anos, em 1º de junho de 1942. Por décadas, disse o senador, a Vale do Rio Doce foi “expressão da capacidade criadora do povo brasileiro e importante símbolo da riqueza nacional”.

## Processo penal deve durar no máximo três anos, defende Gilvam

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu duas propostas de sua autoria: uma prevê duração máxima de três anos para o processo penal e outra extingue, também em matéria penal, os recursos especial e extraordinário. Segundo ele, seu objetivo é combater a “morosidade do Estado”.

O parlamentar citou, ao defender o projeto que limita o prazo do processo penal (PLS 183/07), o caso do cirurgião plástico Farah Jorge Farah, réu confesso no assassinato e esquartejamento de sua ex-namorada, que estava preso em caráter preventivo desde janeiro de 2003 e foi solto na última semana por meio de habeas corpus. Gilvam disse que o Supremo Tribunal Federal passou por uma situação constrangedora ao “liberá-lo porque o processo tramitava há mais de quatro anos sem julgamento”.

O senador também anunciou a liberação de aproximadamente de R\$ 275,2 mil para o Amapá.

José Nery acha necessária uma mobilização civil, dentro da legalidade democrática, para solucionar o que chamou de “crime de lesa-pátria”. Segundo ele, há mais de cem ações populares na Justiça contra o leilão.

O senador afirmou ainda que as reservas minerais sob controle da Vale do Rio Doce estão sendo esgotadas e devem acabar em um ou dois séculos. Nery criticou o fato de os lucros da comercialização desses minérios estarem sendo gastos, segundo ele, sem nenhuma preocupação social.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) chamou a atenção para os altos impostos que o Estado brasileiro recebe da empresa Vale do Rio Doce, graças aos lucros. Para Pedro Simon (PMDB-RS), o problema “não é privatizar, é dar de graça”.

## Mão Santa quer pressa na análise de vetos pelo Congresso

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a pedir na última sexta-feira aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, que coloquem logo em votação os mais de 600 vetos presidenciais que aguardam deliberação pelo Congresso Nacional.

Para o senador, a análise dos vetos faz parte do processo democrático e legislativo e, portanto, deve ser respeitada.

Mão Santa também comentou declarações da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que destacou, em recente discurso, o crescimento da economia e das empresas brasileiras e o aumento de empregos com carteira assinada.

– A senadora deu a entender que estamos no melhor dos mundos, o que não é verdade – criticou o representante do Piauí.



## Voz do Leitor

## DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL

“Quero parabenizá-los pela matéria ‘Aumentam os casos de transtornos alimentares’, publicada na edição nº 2.559/120, de 26 de março a 1º de abril de 2007. A matéria foi bem informativa e esclarecedora, porém relata que o médico é quem tem condições, depois de uma análise completa, de dar um diagnóstico em relação ao peso e estado nutricional do paciente. Venho dizer que é de função apenas do profissional nutricionista estabelecer o estado nutricional de pacientes portadores de qualquer patologia. É o nutricionista quem dá diagnóstico nutricional, e não o médico, como se encontra na matéria.”

**Juliana S. Silva, de Toledo (PR)**

## PENA DE MORTE

“Sou favorável à pena de morte, devido ao alto índice de crimes hediondos, principalmente contra crianças. Sugiro um referendo sobre o assunto para saber a opinião da sociedade brasileira.”

**Luiz de Almeida Mauro Soares, de Novo Gama (GO)**

## OPOSIÇÃO

“Estou decepcionado com a atitude de alguns políticos da oposição ao atual governo, que visitam o presidente Lula como se não houvesse acontecido nada nos últimos anos. É bom deixar bem claro: político que faz oposição de verdade não faz cortesia ao principal líder do governo, ou seja, ao presidente da República. É falta de respeito com os eleitores que desaprovaram o governo do PT e acreditaram na oposição nas eleições passadas. Os partidos não fazem oposição por pirraça ou oportunismo, mas para cumprir a regra do jogo político democrático. O partido que perde as eleições recebe automaticamente a

missão de vigiar, criticar e denunciar o partido vencedor. O Brasil, neste momento, mais do que nunca, precisa de uma oposição cada vez mais forte e com metas a serem atingidas, pois o destino da oposição é depois se tornar governo.”

**Murilo de Medeiros, de Brasília (DF)**

## AGENTES DE SAÚDE

“Gostaria que o senador Leomar Quintanilha solicitasse que o Executivo da União efetive os agentes de saúde que atuam nos municípios e fique responsável pelo pagamento do teto salarial.”

**João Cândido da Silva, de São Nicolau (RS)**

## MAIORIDADE PENAL

“Concordo com a senadora Patrícia Saboya: lugar de criança é na escola e não na cadeia.”

**Rubens Correa Leite, de Pindamonhangaba (SP)**

## INSCRIÇÃO EM CONCURSO

“Sugiro que se dê um fim às taxas de inscrição cobradas em concursos públicos.”

**Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)**

“Não é possível a cobrança absurda da taxa de inscrição. Ela exclui muitos candidatos que não podem pagá-la, por conta do desemprego.”

**Wedson Berto dos Santos, de Lagoa do Itaenga (PE)**

## FATALIDADE

“Sinto muito pelas crianças que morreram porque foram esquecidas dentro de carros. Gostaria que as famílias não se sentissem culpadas, pois foi uma fatalidade e poderia ter acontecido com qualquer outra pessoa.”

**Elisvaldo do Nascimento, de Marcolândia (PI)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## SOBERANIA DA AMAZÔNIA

**Eliel Feitosa da Silva, de Brasília (DF)**

“O Exército Brasileiro está preparado para defender a soberania da Amazônia no caso de invasão de países europeus?”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) responde:



A segurança da Amazônia nos preocupa muito, mas não pela possibilidade de invasão. Embora existam problemas, a presença dos militares nas faixas de fronteira tem aumentado. O que ocorre é uma invasão mais sofisticada, na qual as ONGs funcionam como pontas-de-lança. Não me canso de alertar para a cobiça internacional que esse nosso patrimônio atrai e para o risco representado pela presença deficiente do Estado na região. São áreas imensas de reservas florestais e de áreas indígenas, que foram criadas, mas não recebem recursos e apoio do governo federal. Por isso, temo que um processo de críticas ao país em relação ao meio ambiente possa fazer com que a ONU decida aprovar uma resolução dizendo que a Amazônia é um bem do mundo. Os países ricos poluíram o planeta de toda forma e agora querem usar o que é nosso como patrimônio de todos.

## Agora é lei

## Muda o alerta em embalagens de leite

Os fabricantes de produtos para alimentação infantil e de lactentes não estão mais obrigados a estampar nas embalagens a mensagem “O Ministério da Saúde adverte”, determinada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciar campanha sobre a importância do aleitamento materno. Agora será usada a expressão “Aviso importante”, seguida de declarações sobre a melhor qualidade da amamentação materna. A normatização sobre rotulagem de alimentos infantis determina que seja escrito na embalagem que o produto não deve ser usado para crianças menores de seis meses de idade a não ser por indicação expressa de médico ou nutricionista. O produtor também deve escrever que o aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os dois anos de idade ou mais. A Lei 11.474/07, publicada no Diário Oficial de 15 de maio, atendeu às reivindicações de produtores de laticínios – para quem a antiga advertência equiparava o leite ao cigarro em sua conotação negativa e nociva à saúde humana –, mas desagradou às entidades da área de saúde, como a Rede Internacional pelo Direito de Amamentar, que considera a medida um retrocesso na luta pelo aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida do bebê, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), pois retirar o nome do Ministério da Saúde atenuaria o peso da recomendação. Desde 2002, quando a medida foi estabelecida pela Anvisa, havia uma disputa sobre o tema. O PSOL protestou contra o fato de a proposta ter sido incluída como uma emenda à Medida Provisória 355, que alterou as regras do Programa de Arrendamento Residencial e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O partido anunciou que vai entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade da introdução de artigos sobre saúde pública em um texto que tratava de habitação.

## Frases

“Não haverá em momento nenhum desse processo nenhuma surpresa. Sou responsável por todos os meus atos, e em qualquer momento que for necessário demonstrarei que estarei sempre aqui, à altura da dignidade que esse cargo exige”

Renan Calheiros, sobre representação do PSOL para apurar denúncias de que teria ligações com empreiteiras.

“Não vou tomar nenhuma atitude precipitada para nenhum dos lados. Como presidente do conselho [de Ética], não vou tomar atitudes pessoais, mas regimentais”

Sibá Machado, respondendo a críticas de que não terá isenção para decidir sobre acusações contra Renan Calheiros, aliado do governo.

“Não existe crime maior que alguém se apropriar dos recursos que são de todos os brasileiros”

Ideli Salvatti, ao apresentar projeto que dá prioridade na Justiça a processos sobre desvios de recursos públicos.

“Não gostei. Mexeram com a pessoa errada. Não recebo mimos, nem presentes, muito menos propina de empresa nenhuma deste país ou de meu estado. Não sou canalha”

Almeida Lima, contra a inclusão de seu nome em uma lista de políticos que supostamente teriam recebido presentes da empreiteira Gautama.

“A democracia é uma palavra, mas, sobretudo, é um estado de espírito. Quando começa a ser adjetivada, ela começa a decompor-se. Quando se fala em democracias populares, quando se fala em democracia de qualquer natureza, nesse momento ela deixa de ser democracia para começar a decompor-se”

José Sarney, protestando contra o fechamento, pelo governo da Venezuela, da emissora Rádio Caracas de Televisão.

## Foto da Semana

Na manifestação “Mar de Lágrimas”, realizada na última quarta-feira, a ONG Rio de Paz pendurou, em frente ao Congresso, 15 mil lenços brancos para representar o número de assassinatos ocorridos no país de janeiro a maio deste ano. Segundo o coordenador-geral da entidade, Antônio Carlos Costa, o objetivo foi chamar a atenção das autoridades para a necessidade de políticas mais eficazes contra a violência



J. FREITAS

# Propostas anticorrupção

O programa Conexão Senado desta segunda-feira, às 11h, discute propostas para reformular o processo de votação do Orçamento da União, como forma de frear a corrupção e garantir o correto destino do dinheiro público. Uma das sugestões extingue a Comissão Mista de Orçamento e transfere a análise do projeto orçamentário para as comissões permanentes.

Na Câmara, o colégio de líderes também analisa um conjunto de medidas, entre elas a que acaba com as emendas das bancadas e transforma as emendas individuais ao Orçamento em impositivas. Pelas regras atuais, os parlamentares podem apresentar emendas individuais ou de bancada e, com isso, garantir recursos para obras em suas bases eleitorais – o que é visto

pelos críticos como uma porta aberta à corrupção.

O Poder Executivo também sinaliza com possíveis mudanças na Lei de Licitações como forma de melhorar a contratação de serviços para o Estado.

**As leis relativas à família**

Guarda de filhos, pensão alimentícia, guarda compartilhada, separação e di-

vórcio. Sobre esses assuntos, o programa Fique por Dentro da Lei desta terça-feira, às 8h20, vai conversar com o defensor público do estado do Tocantins Murilo da Costa Machado. Também será respondida a consulta



**Programa Conexão Senado discutirá propostas para aprimorar o processo orçamentário, entre elas extinguir a Comissão Mista de Orçamento (foto)**

feita por Maria Macedo da Silva, ouvinte da Rádio Senado Ondas Curtas, moradora do município de Centenário, no estado do Tocantins. A ouvinte entrou em contato, por meio de carta, com a equipe da Rádio Senado e pe-

diu orientações sobre guarda de filhos e direito de visitação.

Para mais informações sobre a programação da Rádio Senado e da TV Senado, acesse os endereços: [www.senado.gov.br/radio/](http://www.senado.gov.br/radio/) e [www.senado.gov.br/tv/](http://www.senado.gov.br/tv/).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias  
4h30 - De Coração

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz

### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

### UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Idéias  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Idéias  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## RESENHA

## A ocupação do interior no início do século 19

ALEXANDRE GUIMARÃES

Dois pontos se destacam ao ler Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá, volume 69 das Edições do Senado Federal: a ocupação do interior brasileiro no início do século 19 e o próprio autor.

O então sargento Luís D'Alincourt, português de nascimento, chegou ao Brasil logo após a fugitiva família real portuguesa e sua corte, em 1808. E se apaixonou pela nova pátria, de onde

não mais partiria, vindo a falecer em 1841, no Espírito Santo.

D'Alincourt é um daqueles personagens que, às vezes, a história teima em tentar que ele seja esquecido. Depois de concluir o curso na Academia Militar do Rio de Janeiro, primeira escola de engenharia do Brasil, tornou-se um dos militares mais influentes de sua época, destacando-se como ensaísta, memorialista e pensador.

Teve a idéia de transcrever o dia-a-dia de sua viagem a Mato Grosso, partindo de Santos,

realizada em 1818. Não resultou em um simples diário, mas em um manual descritivo com dados diversos: população, economia, demografia, origem das vilas e arraiais nascentes, informações sobre hidrografia e relevo, todos os detalhes que conseguiu reunir.

As anotações foram impressas num folheto pelo próprio autor em 1825, após a independência brasileira. Não sabia o autor que suas anotações são um dos raros relatos sobre a colonização interior do Brasil. A obra apresenta brilhantemente as quatro ainda "capitanias" – só seriam transformadas em províncias em 1821 – de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Luís D'Alincourt superou o cansaço das 355 léguas e três quartos (cerca de 2 mil quilômetros) escrevendo: "Tendo concluído a minha tarefa, queira a fortuna que as minhas fadigas alcancem o prêmio de agradarem, de serem úteis, e de fazerem lembrado o seu autor, que todavia não esmorece".



ARQUIVO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá, de Luís d'Alincourt, pode ser adquirido por R\$ 10. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

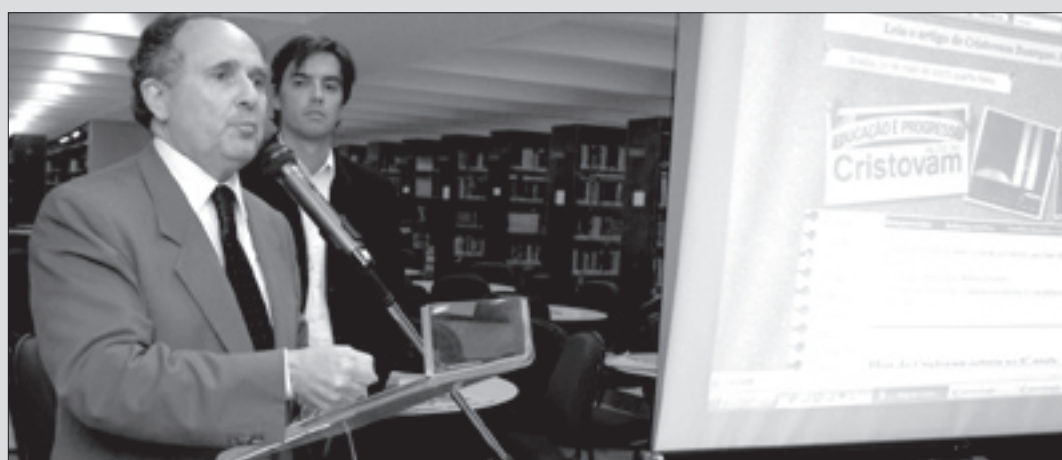
## Começam as aulas de Ciência Política no ILB

A aula inaugural do curso de especialização em Ciência Política do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) foi realizada na última sexta-feira. A especialização é um dos cursos de pós-graduação lato sensu que a Universidade do Legislativo (Unilegis) lançou este ano. Houve um processo seletivo e 42 candidatos foram selecionados, sendo 80% funcionários do Senado e 20% de instituições conveniadas.

Na ocasião, a diretora-executiva do ILB, Denise Ramos

Zoghbi, apresentou aos participantes do curso a equipe da Unilegis que trabalha diretamente com o curso – certificado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –, e destacou que, "além de ser uma porta de entrada para a capacitação no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o curso trata-se de um espaço privilegiado para a discussão qualificada sobre a atividade política no seu sentido mais amplo, como a forma civilizada e racional de solucionar conflitos".

O curso de especialização em Ciência Política será coordenado pela professora Leany Barreiro de Sousa Lemos e realizado até 12 de setembro. Abrangerá debates sobre poder, autoridade, Estado, instituições políticas, bem-estar, relações intergovernamentais, relações Estado-sociedade, noções antigas, modernas e contemporâneas de justiça e direito. Além da base teórica, esses temas serão explorados dentro do quadro da realidade política brasileira.



MOREIRA MARIZ

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em solenidade na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal, lançou na última quarta-feira o seu novo blog ([www.blogdocristovam.com.br](http://www.blogdocristovam.com.br)), que ficará hospedado no portal iG.

De acordo com Cristovam, o blog existe há três anos e tinha uma média diária de 2 mil acessos.

A parceria entre o senador e um conhecido portal privado poderá proporcionar mais interatividade com o cidadão. Isso porque, na sua avaliação, terá oportunidade de melhor informar sobre sua atuação parlamentar, debater idéias e receber sugestões de um público que, estima, poderá chegar a milhões de pessoas.

## Arquivo aberto

No dia 3 de junho de 1992, há 15 anos, foi aberta a Eco-92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O vice-presidente da Comissão do Senado Federal que iria participar da conferência, o então senador Valmir Campelo, em pronunciamento no dia 11 de março de 1997, afirmou que "o grande mérito da Rio-92 foi lançar e fazer germinar a semente da responsabilidade da opinião pública no sentido da possibilidade e da necessidade de cooperação internacional nesse campo". Já a senadora Marina Silva (hoje ministra do Meio Ambiente), em discurso no dia 10 de maio de 2002, "a Eco-92 é um marco referencial na história da Humanidade por instituir, para o ser humano, limites na sua relação com a natureza".



ARQUIVO

**5 de junho** – Em 1987, há 20 anos, Chico Mendes recebeu o Prêmio Global 500, da ONU. Para o senador Júlio Eduardo (PV-AC), em pronunciamento em 22 de novembro de 2000, Chico Mendes foi "um homem que ficou conhecido internacionalmente por sua luta em defesa dos trabalhadores, das reservas extrativistas, da aliança desses povos com as comunidades indígenas e, especialmente, da conservação da floresta amazônica". Cinco de junho é também o Dia Internacional do Meio Ambiente, instituído pela Conferência da ONU, em Estocolmo, em 1972, há 35 anos.

**7 de junho** – Em 1982, há 25 anos, entrou em vigor a Lei 6.996, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Spyware**

Programa que monitora as ações feitas em um computador e envia as informações coletadas a terceiros.

**Sistema operacional**

Principal programa do computador, o "programa-mãe".

**CPU**

(Central Processing Unity) - Unidade Central de Processamento, o cérebro do computador.

**Download**

Ato de transferir para um computador um arquivo ou programa disponível na internet.

**Conta de usuário**

Acesso individual concedido a cada usuário de um mesmo computador.

**Link**

Endereço de uma página na internet que, ao ser clicado, permite o acesso a essa página.

# Use o computador de forma segura

Segundo o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), 19,6% dos 53,1 milhões de lares brasileiros já têm computador e 14,49% acessam a internet. O computador está presente, portanto, em 10,4 milhões de

casas e a internet, em 7,7 milhões. Ou seja, metade dos brasileiros já usam essa poderosa ferramenta de comunicação, educação, lazer, trabalho e negócio. No entanto, computadores pessoais ainda são uma novidade para muitos - começaram a ser vendidos no país há

pouco mais de 20 anos - e, como qualquer novidade que envolva a vida em sociedade, é preciso conhecer e cumprir regras básicas para evitar problemas e, principalmente, garantir a segurança de todos que usam a rede mundial de computadores (internet).

## Compre uma boa máquina

Pensando em comprar um computador? Evite produtos sem garantia de procedência e prefira tudo original: CPU, monitor, impressora, programas... Tudo deve ter nota fiscal e ser adquirido de comerciante estabelecido e fiscalizado porque:

- Você pode optar por uma loja com vendedores capazes de auxiliá-lo na escolha, evitando comprar coisas inúteis ou inadequadas às suas necessidades (máquina potente demais ou de menos, programas supérfluos etc.).
- O desempenho é sempre melhor e o risco de problemas, menor.
- Os programas poderão ser atualizados diretamente nos sites dos fabricantes, com segurança.
- Você tem garantia contra defeitos e problemas nos equipamentos.
- A assistência técnica costuma ser mais treinada e experiente.
- Você faz sua parte no combate à pirataria, ao crime organizado e à violência.
- Você ajuda a si mesmo, ao seu semelhante e ao país, gerando mais receitas de impostos que poderão ser aplicadas em saúde, segurança e educação, por exemplo.

Se o preço do computador ainda está acima do seu orçamento, espere um pouco, economize, compre o essencial e planeje adquirir o resto depois, parcele a compra. Mas não compre produto pirata. O benefício é todo seu!

## Dicas para evitar problemas

- Ao acessar o computador, aja como se você estivesse saindo de casa: observe tudo, esteja atento para não ser um alvo fácil.
- Leia atentamente e siga todas as recomendações dos seus programas de e-mail, de internet e antivírus.
- Só acesse sites de instituições financeiras e de comércio eletrônico digitando o endereço no seu programa de internet, nunca clicando em um link de outro site ou de um e-mail.
- Antes de realizar transações, certifique-se de que está no site correto, de que ele é confiável e usa uma conexão segura (leia e siga as orientações dos sites dos bancos, lojas, cartões de crédito etc.).
- Não forneça dados pessoais, números de cartões e senhas pela internet, e não responda a e-mails ou telefonemas solicitando informações pessoais.
- Sempre que duvidar da real identidade do autor de uma mensagem, entre em contato com a instituição, provedor ou empresa para verificar.
- Não acesse sites de comércio eletrônico ou operações bancárias através de computadores de outras pessoas ou de uso público.

**Firewall pessoal**

Programa usado para proteger um computador contra acessos não autorizados vindos da internet.

**Blog**

Tipo de site publicado por pessoas na internet contendo textos e informações pessoais.

**Vírus**

Programa de computador criado para prejudicar de alguma forma o equipamento ou seu usuário. Ele se propaga escondido no meio de mensagens enviadas de um computador a outro, sem que os usuários percebam. Para ser instalado é preciso que o programa ou arquivo contendo o vírus seja executado no computador.

## Você é quem garante uma internet segura

Uma das ações mais importantes para proteger computador, arquivos e transações é manter todos os programas, inclusive o sistema operacional, sempre atualizados (baixe da internet e execute todas as correções de segurança oferecidas pelos fabricantes).

Outra providência importante é, ao comprar o computador, escolher uma loja que se responsabilize pela configuração da máquina - explique ao técnico quais as finalidades do computador e como será usado e peça a ele que configure a máquina com níveis de segurança adequados aos seus objetivos. Veja outras orientações:

**Contas e senhas**

- Crie senhas com pelo menos oito caracteres (misture letras, números e símbolos).
- Não use como senha seu nome, sobrenome, número de documento, placa de carro ou telefone, data de aniversário etc.
- Use senha diferente para cada serviço.
- Crie uma conta de usuário normal para cada pessoa que usa o seu computador.
- Acesse o computador como "administrador" apenas quando for necessário.

**Vírus**

- Instale um bom programa antivírus. Configure-o para verificar todo o computador e atualize-o diariamente.
- Não execute ou abra arquivos recebidos por e-mail ou por outras fontes, mesmo que conhecidas, sem verificá-los antes com o programa antivírus.
- Instale um firewall pessoal e pelo menos uma ferramenta antispware.
- Faça download de programas apenas diretamente do site do fabricante.

## Na comunicação, fique atento

**E-mails e distribuição de arquivos**

- Não clique em links enviados em e-mail: digite o endereço no programa de internet.
- Desligue as opções do programa de e-mail que mandam abrir/executar arquivos ou programas anexados às mensagens.
- Evite as famosas correntes de e-mail e, quando reenviar e-mail recebido, apague o nome de todos os destinatários anteriores.
- Certifique-se de que o download é livre, ou seja, não viola as leis de direitos autorais.

**Sites, blogs, programas de troca de mensagens**

- Evite fornecer informação - por exemplo, não revele, em hipótese alguma, senhas ou números de cartões de crédito.
- Não divulgue seus dados pessoais ou de familiares e amigos (e-mail, telefone, endereço, data de aniversário etc.), ou informações sobre o seu cotidiano (horários, rotinas, datas de viagens etc.).
- Não informe dados sobre o seu computador ou sobre os programas usados.

## Saiba mais

Comitê Gestor da Internet no Brasil  
Internet - [www.cgi.br](http://www.cgi.br)  
Endereço de e-mail - [info@cgi.br](mailto:info@cgi.br)  
Estudos e pesquisas - [www.cetic.br](http://www.cetic.br)  
Combate a spam - [www.antispam.br](http://www.antispam.br)  
Segurança - [www.cert.br](http://www.cert.br)  
Cartilha de segurança - [cartilha.cert.br](http://cartilha.cert.br)

Denuncie crime na internet pelo e-mail: [crime.internet@dpf.gov.br](mailto:crime.internet@dpf.gov.br)

